

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FABIANA MAÇANEIRO

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:

**UMA PRÉ-AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Florianópolis, 2004.

FABIANA MAÇANEIRO

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UMA PRÉ-AVALIAÇÃO DAS
CONDIÇÕES DE ENSINO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.


Orientadora: Professora Dra. Sandra Rolim Ensslin.

Florianópolis, 2004.

FABIANA MAÇANEIRO


**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UMA PRÉ-AVALIAÇÃO DAS
CONDIÇÕES DE ENSINO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de 9,5 atribuída pela banca constituída pelo orientador e membro abaixo.

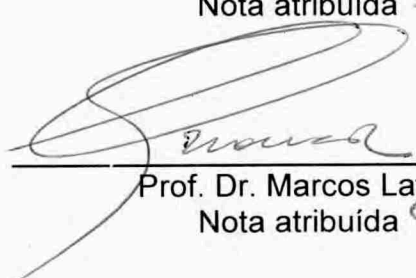


Professor Msc. Luiz Felipe Ferreira
Coordenador de Monografias


Professores que compuseram a banca:



Prof^a. Dra. Sandra Rolim Ensslin (Orientadora)
Nota atribuída 10,0



Prof. Dr. Marcos Laffin
Nota atribuída 9,47



Prof^a. Dra. Bernadete Limongi

Nota atribuída 9,70

Florianópolis, 2004

À minha mãe, por todo o amor que nos une

AGRADECIMENTOS

À professora Sandra Rolim Ensslin, por toda a atenção dispensada e pelas valiosas contribuições dadas na orientação desta monografia.

À professora Deisy Cristina Corrêa Igarashi, pelas correções e sugestões indispensáveis ao trabalho.

Ao professor Marcos Laffin, pelo acolhimento inicial que muito contribuiu para o desenvolvimento desta monografia.

Aos professores e funcionários do departamento, pelo apoio e colaboração durante a realização do estudo de caso.

A Edith Nunes da Silva, pela amizade, cumplicidade e solidariedade nos bons e maus momentos.

A Luana Lima Merizi, pelo acompanhamento durante toda esta jornada e principalmente pela alegria da convivência.

A Francielle Macari, pelos bons momentos vividos no início deste curso.

A Renata Cavallazzi Zimmer, pelo tempo dispensando para, sempre que necessário, elucidar minhas dúvidas.

Aos amigos do Centro Acadêmico de Ciências Contábeis, com quem a convivência me fez crescer.

Aos colegas do curso, pela aprendizagem em conjunto.

Enfim, a todos que de uma forma ou de outra estiveram presentes durante este período de estudo.

RESUMO

MAÇANEIRO, Fabiana. **Avaliação Institucional: Avaliação das Condições de Ensino do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Resumo:

Este estudo se projeta a partir da proposta de avaliação da educação brasileira informada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A Avaliação Institucional proposta pelo SINAES, segundo a Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004, é composta por quatro instrumentos de avaliação, quais sejam: (1) Auto-avaliação; (2) Avaliação Externa; (3) Avaliação das Condições de Ensino (ACE); e (4) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Neste cenário, o tema desta pesquisa instala-se no terceiro instrumento de avaliação, a ACE, mais especificamente em sua aplicação prática. Para tal um recorte no Curso de Ciências Contábeis (CCN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi feito. Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em simular a avaliação do Curso de Ciências Contábeis da UFSC no período de 2004/2. Para o alcance deste objetivo, a metodologia utilizada pode ser classificada como uma pesquisa exploratória, uma vez que este curso ainda não foi avaliado por este instrumento. Para coleta de dados o instrumento utilizado foi o questionário. Considerando que a ACE enfoca três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações, os questionários construídos foram aplicados em cinco grupos: docentes, discentes, coordenação, chefia departamental e pessoal técnico-administrativo. Com o resultado da pesquisa pretende-se analisar a contribuição gerada pela avaliação respondendo as seguintes questões: (i) Qual o diagnóstico que emerge da simulação da avaliação global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC, no período de 2004/2, segundo a simulação informada pelo instrumento ACE? (ii) Diante do diagnóstico resultante da avaliação global do curso, quais aspectos caracterizam-se como pontos fortes do curso e quais merecem atenção a fim de melhorar o seu perfil? (iii) Quais ações de aperfeiçoamento poderiam ser sugeridas para melhorar o perfil global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC?

Palavras-chaves: Avaliação institucional; Avaliação das Condições de Ensino; Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pesos constantes no Manual para as “categorias de análises”, “indicadores” e “aspectos a serem avaliados”	41
Figura 2: Escala da tradução da pontuação obtida na avaliação para seu respectivo conceito.	42
Figura 3: Critérios de Avaliação para o “aspecto a ser avaliado” – Apoio a participação em eventos	48
Figura 4: Relatório informando o resultado da simulação da avaliação	54
Figura 5: “Aspectos a serem avaliados” conceituado em “Muito Bom” ou “Muito Fraco”	56
Figura 6: Perfil de desempenho do CCN da UFSC, no período de 2004/2, informado pelo instrumento ACE	57
Figura 7: Questão – Atuação do coordenador do curso.....	59
Figura 8: Questão - Existência de apoio didático pedagógico ou equivalente aos docentes	59
Figura 9: Perfil do desempenho dos “aspectos a serem avaliados” do “indicador” – coordenação do curso.....	60
Figura 10: Ações de melhoria propostas para a “categoria de análise” Administração Acadêmica	64
Figura 11: Ações de melhoria para a “categoria de análise” Projeto do Curso	65
Figura 12: Ações de melhoria para a “categoria de análise” Condições de Trabalho	
Figura 13: Ações de melhoria para a “categoria de análise” Biblioteca	
Figura 14: Perfil de desempenho do CCN da UFSC, no caso de implementar as ações de melhorias sugeridas.....	72
Figura 15: Aspectos pontuados na avaliação	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Avaliação das Condições de Ensino
CCN	Curso de Ciências Contábeis
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPAs	Comissões Próprias de Avaliação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
SESu	Secretaria da Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO	6
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	8
SUMÁRIO	9
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	11
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
1.2 TEMA	15
1.3 PROBLEMA.....	15
1.4 OBJETIVOS.....	16
1.5 JUSTIFICATIVA	17
1.6 METODOLOGIA	19
1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	21
CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1 ALGUNS ASPECTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	23
CAPÍTULO III - AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO	28
3.1 AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	28
3.2 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO – ACE	30
3.2.1 <i>Modelo de Avaliação das Condições de Ensino para os Cursos de Ciências Contábeis.</i>	34
CAPÍTULO IV – LEVANTAMENTO DE DADOS.....	44
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	44
4.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	44
4.3 CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	45
4.4 A AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	47
4.4.1 <i>Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica</i>	62
4.4.1.1 Administração Acadêmica.....	63
4.4.1.2 Projeto do curso	64
4.4.1.3 Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação.....	65
4.4.2 <i>Dimensão 2: Corpo Docente</i>	66
4.4.2.1 Formação acadêmica e profissional.....	66
4.4.2.2 Condições de trabalho	66
4.4.2.3 Atuação e desempenho acadêmico e profissional	68
4.4.3 <i>Dimensão 3: Instalações</i>	68
4.4.3.1 Instalações gerais.....	68

4.4.3.2 Biblioteca.....	69
4.4.3.3 Instalações e laboratórios específicos.....	70
4.5 RESULTADO ESPERADO APÓS IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES RECOMENDADAS	72
4.6 COTEJAMENTO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA COM O RESULTADO DA ACE DO CCN....	73
4.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	76
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E SUGESTÕES	77
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DOCENTE	84
APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO	95

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), iniciaram-se algumas mudanças no sistema educacional brasileiro: a União, os estados e os municípios tiveram suas responsabilidades definidas, as escolas passaram a ter mais autonomia, os conteúdos dos currículos tornaram-se mais flexíveis e a qualificação dos professores foi estimulada.

A universalização do acesso e a queda da evasão no ensino fundamental expandiram a demanda do ensino médio e superior.

De acordo com o Ministério da Educação¹ (2002, p.56), entre os anos de 1995 e 2001 os cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior cresceram 118%. A maior expansão ocorreu no sistema estadual, com 158%, seguido da rede particular, com 146%, e das instituições federais, com 66%. Existem, no país, 1.391 instituições públicas e privadas que oferecem cursos de graduação. No sistema privado estudam aproximadamente 2,1 milhões de alunos; nas instituições federais, 503 mil; nas estaduais, 357 mil; e na rede municipal, 79,2 mil alunos.

Com a falta de investimentos no ensino superior público, o governo federal, na gestão do então ministro da educação Paulo Renato Souza, incentivou a

¹ Relatório de Gestão 1995-2002

expansão de instituições de ensino superior privado. Assim, surgiu a necessidade de avaliação para garantir a qualidade do ensino oferecido.

Para evitar que essa expansão acelerada do sistema de ensino ocorresse em detrimento da qualidade, foi criado, em 1995, um sistema de avaliação da educação brasileira, pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Educacionais (INEP), órgão vinculado ao Ministério de Educação (MEC). De acordo com o INEP², até o ano de 2003, o Sistema de Educação Superior era composto por quatro instrumentos de avaliação:

1. Exame Nacional de Cursos: é um exame ao qual os concluintes de cursos superiores são obrigados a se submeter para a obtenção do diploma;

2. Avaliação das Condições de Ensino: é uma avaliação, cuja verificação é feita *in loco*, em cada curso, por uma comissão de avaliadores do INEP. Essa avaliação é necessária para que os cursos sejam reconhecidos;

3. Avaliação Institucional: destina-se ao credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior. Após essa avaliação a instituição fica autorizada, ou não, a iniciar ou manter seu funcionamento;

4. Censo de Educação Superior: realizado anualmente, objetiva radiografar a situação do ensino superior no país. O preenchimento do censo é obrigatório para que a instituição e os seus cursos se inscrevam nas avaliações realizadas pelo INEP.

No entanto, no ano de 2004, esses instrumentos de avaliação da educação superior sofreram algumas mudanças em decorrência da criação da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Em 12 de agosto de 2004 foi publicado no Diário Oficial da União o conjunto de normas que regulamenta o SINAES e fixa as atribuições e competências

da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O SINAES será coordenado pela CONAES e terá como base a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

De acordo com o artigo 1º da lei 10.861/04, o objetivo do SINAES consiste em “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”. O SINAES pretende traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País, promovendo a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

A Portaria MEC n.º 2.051, de 09 de julho de 2004, regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). As avaliações serão realizadas pelo INEP, sendo responsabilidade da CONAES: estabelecer as diretrizes para a avaliação de instituições, cursos e desempenho dos estudantes; e analisar e aprovar os relatórios de avaliação consolidados pelo INEP.:

A avaliação das instituições terá por objetivo identificar seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando a diversidade e as especificidades das diferentes organizações. Para isso, serão considerados a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; a responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de recursos humanos; organização e gestão; infra-estrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento ao estudante; e a sustentabilidade financeira da instituição³.

A Avaliação Institucional proposta pelo SINAES é composta pela auto-avaliação orientada e pela avaliação externa, pela Avaliação das Condições de Ensino (ACE) e pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A auto-avaliação é a primeira etapa da avaliação da instituição, que será complementada pela avaliação externa in loco. A auto-avaliação deverá ser realizada pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs). A avaliação institucional

² Disponível em <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em 07 dez. 2003.

será o referencial básico para o processo de credenciamento e credenciamento das IES, com os prazos de validade estabelecidos pelo MEC.

A avaliação externa é realizada por uma comissão de avaliadores capacitada pela CONAES. O seu objetivo será avaliar a instituição e verificar, in loco, se a IES realizou a auto-avaliação cumprindo o roteiro mínimo estabelecido e obedecendo aos princípios definidos pela CONAES.

A Avaliação das Condições de Ensino (ACE) é um instrumento utilizado pelo MEC para o processo de reconhecimento dos cursos de graduação.

O objetivo da ACE é atender a determinação da LDB, que arrola, no art. 9º (1996), como atribuições da União “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino Superior”.

O ENADE substituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC). O seu objetivo é “ aferir o rendimento dos alunos em relação aos conteúdos programáticos e suas habilidades e competências⁴”.

O Enade vai revelar para a sociedade uma dimensão importante dos cursos e servirá de elemento para a reflexão sobre os aspectos didático-pedagógicos no interior do próprio curso, contribuindo para o processo de avaliação institucional, especialmente na fase da auto-avaliação (Dilvo Ristoff, 2004).

O ENADE será aplicado aos alunos do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, por amostragem. Além da prova, será aplicado um questionário-pesquisa para levantar o perfil e a opinião dos estudantes. Será função

³ Disponível em <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/enade/arquivo04.htm>> acesso em 10 de setembro de 2004

⁴ Disponível em <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/enade/arquivo04.htm>> acesso em 10 de setembro de 2004

do INEP constituir a amostra dos participantes a partir da inscrição na própria instituição de ensino superior dos alunos habilitados a fazer a prova.

1.2 Tema

Dentro deste cenário, o tema escolhido para esta pesquisa é o instrumento de avaliação institucional – Avaliação das Condições de Ensino – tendo como objeto de estudo o Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3 Problema

É dentro deste contexto que se torna possível formular o problema de pesquisa, traduzido em três perguntas norteadoras desta monografia:

- (i) Qual o diagnóstico que emerge da avaliação global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC, no período 2004/2, segundo a simulação informada pelo instrumento ACE?
- (ii) Diante do diagnóstico resultante da avaliação global do curso, quais aspectos caracterizam-se como pontos fortes do curso e quais merecem atenção a fim de melhorar o seu perfil?

- (iii) Que ações de aperfeiçoamento poderiam ser sugeridas para melhorar o perfil global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC?

A partir destas perguntas norteadoras do estudo é possível agora, estabelecer o objetivo geral e os objetivos específicos desta monografia.

1.4 Objetivos

Como objetivo geral pretende-se realizar uma pré-avaliação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina no período 2004/2, por meio do instrumento de Avaliação das Condições de Ensino.

Para que se concretize esse objetivo, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

1. Realizar a pesquisa bibliográfica para informar a base conceitual do estudo;
2. Descrever o instrumento Avaliação das Condições de Ensino, bem como seu processo de execução;
3. Apresentar e contextualizar o Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (objeto de estudo desta monografia);
4. Analisar e interpretar a contribuição gerada por este estudo.

1.5 Justificativa

A avaliação é uma atividade utilizada para conhecer, aprimorar e orientar as ações de indivíduos e de organizações. Sua realização permite avaliar o que já foi realizado ou decisões que se deve tomar para ações futuras.

Para Barcelos (1987), a avaliação é uma atividade integradora porque revela, discute, complementa, amplia e propõe caminhos ainda não percebidos, mas que por ela podem ser apontados.

Na percepção de Buarque (1988), as últimas décadas foram marcadas por momentos de degradação e descrédito da qualidade da produção das Universidades.

A qualidade, então, é colocada como um critério importante no contexto institucional da avaliação da universidade, exigência que não provém apenas da comunidade científica, mas também de toda a sociedade que a mantém.

No Brasil, a falta de investimentos do governo no ensino superior público resultou na incapacidade de suportar sua demanda. Coube às instituições de ensino superior privadas receber esses alunos.

Atualmente, ocorre uma flexibilidade nos cursos de ensino superior. Além dos cursos tradicionais (bacharelado e licenciatura), estão sendo ofertados cursos à distância, seqüenciais e superiores em tecnologia.

Por outro lado, a crescente oferta de vagas e a flexibilização do ensino superior trazem consigo o enorme desafio de garantir a qualidade das instituições.

Até a década de 90, não existia uma cultura de diferenciação das instituições de ensino superior (IES). Predominava o entendimento de que, uma vez autorizadas e reconhecidas pelo MEC, as IES proporcionariam diplomas com os mesmos pesos e valores.

Atualmente cresce a consciência sobre a necessidade de se desenvolver sistemas de avaliação do ensino superior. Tal demanda foi impulsionada pelo excedente de vagas, maior competitividade no mercado, criação de processos de avaliação por parte do MEC e divulgação dos “rankings” de IES.

Pode-se afirmar que a qualidade é um atributo fundamental no ensino superior, entretanto, deve ser encarada de uma forma crítica. Não há como fugir da sua importância em uma sociedade que exige cada vez mais eficácia das ações de seus órgãos públicos.

O atual Sistema de Avaliação da Educação Superior, de acordo com o INEP⁵, envolve:

- Avaliação das Condições de Ensino;
- Auto-avaliação;
- Avaliação externa; e
- ENADE.

Assim, destaca-se a relevância desta monografia no seguinte aspecto: demonstrar em quais circunstâncias o Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina atende aos critérios estabelecidos pela Avaliação das Condições de Ensino.

Este estudo é importante, pois pretende desencadear ações que possibilitem a melhoria da qualidade de ensino do Curso de Ciências Contábeis da

⁵ Disponível em <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em 26 jan. 2004.

UFSC e enquadra-se na proposta do Ministério da Educação, que tem como uma das suas prioridades a avaliação da educação. Neste sentido, esta monografia pretende antecipar a avaliação real (que deverá ser realizada no ano de 2005) de tal forma a oferecer informações e subsídios ao colegiado do Curso de Ciências Contábeis bem como ao seu coordenador, à chefia departamental, aos professores, ao centro acadêmico, aos alunos e demais interessados no ensino superior.

1.6 Metodologia

A monografia é uma das formas de expressar o conhecimento científico. Segundo Beuren (2003, p.40), “[...] monografia é um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática”.

A monografia tem por finalidade apresentar um melhor entendimento sobre um ou mais aspectos de determinado tema científico

Metodologia significa o estudo dos métodos, ou da forma, ou dos instrumentos necessários para a construção de uma pesquisa científica, é uma disciplina a serviço da ciência (Melo, 1999). A metodologia é necessária para descrever o procedimento e o caminho que a pesquisa irá seguir. Lakatos (1991, p.44) afirma que:

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal, método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer [...]. É um procedimento reflexivo e sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir

novos fatos ou dados, relações ou lei, em qualquer campo de conhecimento.

Para melhor compreensão dos objetivos propostos nesta monografia, será realizada uma pesquisa, para apresentar e contextualizar a Avaliação das Condições de Ensino, a Universidade Federal de Santa Catarina e o Curso de Ciências Contábeis. A pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos (1991, p. 183), “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [....]. Sua finalidade é de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto”.

A identificação dos critérios estabelecidos pela avaliação da ACE no Curso de Ciências Contábeis da UFSC, será feita por meio de pesquisa exploratória que de acordo com Beuren (2003, p.80):

[...] normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

O Curso de Ciências Contábeis da UFSC ainda não foi avaliado pelo instrumento ACE, assim, justifica-se o uso da pesquisa exploratória.

Como método para orientar a investigação desta pesquisa optou-se pelo levantamento de dados. Os dados foram obtidos através de questionários aplicados ao corpo docente do curso, ao coordenador do curso, à chefia departamental, ao corpo técnico administrativo do curso, e ao corpo discente do curso por meio de amostragem aleatória.

1.7 Organização do Trabalho

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo refere-se à introdução do trabalho, no qual são apresentados o tema, o problema, os objetivos geral e específicos, a justificativa, a metodologia e a organização do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se a fundamentação teórica. Nele é descrita a contextualização histórica da avaliação institucional.

O terceiro capítulo trata-se da base teórica que dará suporte ao estudo proposto nesta pesquisa. Nele são comentados a avaliação do ensino superior e o modelo de Avaliação das Condições de Ensino para o Curso de Ciências Contábeis.

O quarto capítulo destina-se à parte prática do trabalho. Nele são apresentados e contextualizados a Universidade Federal de Santa Catarina e o Curso de Ciências Contábeis. São apontados os critérios estabelecidos pela ACE identificados no CCN da UFSC e a análise do resultado da avaliação.

Por fim, o quinto capítulo refere-se às conclusões e recomendações.

As notações gráficas utilizadas são convencionalizadas da seguinte forma:

- (i) a digitação em “aspas duplas” terá por objetivo indicar que o termo ou citação é de autoria de outrem; e
- (ii) A digitação em *itálico* refere-se a termos em latim.

Como comentário final, sugere-se como possível leitores desta monografia três grupos distintos: os acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis, os docentes e a administração (chefia departamental e coordenador do curso), bem como todos aqueles interessados no instrumento ACE.

CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Alguns aspectos da avaliação institucional

De acordo com Martini, citado por Amorim (1992), o Brasil não teve nenhuma escola de ensino superior instalada até 1800 por culpa do contexto cultural e econômico de dependência em relação a Portugal.

Somente no início do século XIX, em 1808, com a transferência do reino de Portugal para o Brasil, gerou-se a necessidade de implantação de um sistema de ensino superior. Durante esse processo de implantação, é possível destacar alguns princípios utilizados pelos dirigentes educacionais que podem ser classificados como um modelo de avaliação embrionária, por exemplo “as escolas deveriam ser idealizadas a partir do modelo português de universidade e algumas delas deveriam servir aos interesses da família real, que, por sua vez determinariam as vagas do ensino superior” (Amorim, 1992, p.20).

Observamos, então, que os critérios que norteavam a avaliação das instituições de ensino superior atendiam às normas impostas por aqueles que controlavam o desenvolvimento econômico e social. Os critérios eram utilizados para atender às necessidades das elites, evitando a discussão sobre a qualidade do ensino oferecido.

Durante o período imperial houve uma completa estagnação do sistema educacional, em que muito pouco se acrescentou em relação às condições educacionais do Brasil colônia.

Com a proclamação da República, deu-se início à expansão do sistema educacional público e privado, porém até o fim da década de 1950, os critérios adotados objetivavam, apenas, o controle autoritário das instituições.

Em 1968, ocorreu a reforma do ensino superior que, gerada por um regime autoritário, criou dois tipos de avaliações: Plano Acton e Relatório da Comissão Meira Matos.

No plano Acton, a avaliação fundamentava-se em duas dimensões: "a primeira funda-se nos princípios que idealizavam um modelo empresarial para o nosso sistema universitário. A segunda projetava autonomia e independência para este sistema" (Amorim, 1992, p.22).

O professor norte americano Rudolph Atcon idealizava um plano para a reforma que de forma direta não chegou a ser implementado, mas certamente norteou a posterior reformulação. Para se ter uma idéia da análise feita por Atcon vale destacar uma recomendação: "um planejamento dirigido à reforma administrativa brasileira, no meu entender, tem que implementar um sistema administrativo tipo empresa privada. Porque é inegável que uma universidade autônoma é uma grande empresa e não uma repartição pública⁶".

O Plano Acton defendia a autonomia e a independência das instituições de ensino. Acton pretendia avaliar doze instituições universitárias para identificar fatos que pudessem ser úteis para a modernização do ensino superior no país. Acton apontava a queda da qualidade de ensino devido ao despreparo do corpo

⁶ www.arquivos.revistascej/seeque...o_ensino_superior_um_projeto_de_hejemonia.html. Acesso em 12 de novembro de 2004.

docente, falta de interdisciplinaridade, escassez de instrumentos de trabalho e necessidade de relacionar a teoria adquirida com a prática exercida no mercado de trabalho.

É importante salientar que “os critérios de avaliação da qualidade do ensino, de competência docente e de desempenho institucional, de acordo com um modelo de educação tecnocrata [...], são sentidos pelo sistema educacional até hoje” (Amorim, 1992, p.23).

A proposta da Comissão Meira Matos, elaborada por uma comissão presidida pelo general e geopolítico que deu nome ao documento, consistia em uma avaliação autoritária feita sobre a situação política, social e econômica de 1968. Continha medidas que visavam reprimir a insatisfação de estudantes e intelectuais da época, que defendiam a liberdade de expressão. Para conter os movimentos contestatórios, o aluno era avaliado pelos critérios educativo e de cidadania, através de rígido controle das atividades universitárias, sendo o rendimento universitário e o cumprimento das normas jurídicas estabelecidas fiscalizados pelo governo.

O que vale ressaltar aqui são as convergências na formação das comissões com uma visão da Universidade destacada da realidade e o entendimento da educação como fator estratégico no processo de desenvolvimento econômico a partir de uma visão empresarial de maiores lucros e menores custos.

Ao confrontar as duas avaliações surgidas com a reforma do ensino superior, constata-se que a avaliação embutida no Plano Acton apesar de incentivar a liberdade de expressão focalizava a instituição, enquanto que a avaliação proposta pela Comissão Meira Matos reprimia a liberdade de expressão, mas evidenciava o aluno.

Nos anos 70, os movimentos de avaliação da reforma do ensino superior proliferaram. Foram lançados diversos planos educacionais, que consistiam em “uma avaliação que as elites dirigentes faziam da universidade à procura de critérios que vinculassem então a educação ao sistema produtivo” (Amorim, 1992, p.25), mas foi a partir de 1980 que esses movimentos se fortaleceram.

De acordo com esboço histórico da avaliação do ensino de graduação no Ministério da Educação, divulgado pelo INEP⁷, a preocupação com a qualidade do ensino de graduação foi manifestada no início dos anos 80 pelo então Conselho Federal de Educação, aprovando a proposta para desenvolver o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU). O PARU pretendeu uma avaliação que envolvia o sistema de educação superior como um todo. Através de amostragem, esse programa desenvolveu uma metodologia para avaliação, levantou, consolidou e compatibilizou dados de várias IES, mas não teve continuidade.

Em 1985 criou-se a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, que propunha que o sistema de avaliação fosse composto de auto-avaliação, avaliação governamental, avaliação das entidades científicas e profissionais e avaliações independentes. Sua concepção sofreu questionamentos políticos e teóricos do meio acadêmico.

No ano seguinte, foi criado pelo Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior um sistema de avaliação que deveria ser elaborado com a participação da comunidade acadêmica e ter credibilidade e transparência quanto à metodologia e aos resultados obtidos. Essa proposta também sofreu questionamentos do meio acadêmico pelo significado que a avaliação teria em

⁷ Disponível em <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em 26 jan. 2004.

termos políticos, relacionados, sobretudo, à autonomia da universidade e aos interesses do mercado.

Em 1993 surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que estabeleceu um relacionamento entre o conhecimento e a formação, fixando um diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade. A falta de apoio do MEC, na época, causou um impacto negativo no ritmo do seu desenvolvimento, transformando-o em um processo de avaliação meramente interno às instituições.

Em função desta realidade caótica para a qualidade do ensino superior, na década de 1990 constitui-se um grupo de trabalho com o intuito de analisar o desenvolvimento dos processos de avaliação da qualidade do ensino superior. As primeiras ações foram concretizadas no ano de 1995, com a criação do Exame Nacional de Cursos (ENC), que foi concebido para avaliar o ensino de graduação ministrado pelas Instituições de Educação Superior, tendo como objetivo maior contribuir para a melhoria da sua qualidade.

A avaliação no ENC era viabilizada por meio da aplicação de provas escritas aos concluintes de cursos de graduação. O foco da avaliação era o curso, e não os graduandos, que, por meio do desempenho que demonstravam nas provas, forneciam indicadores essenciais da qualidade da sua formação acadêmica. No ano de 2004, com a implantação do SINAES, o ENC foi substituído pelo ENADE.

Posteriormente, necessitou-se verificar não só os conteúdos aprendidos e habilidades desenvolvidas pelos formandos, mas também o corpo docente, projeto pedagógico, infra-estrutura etc. Assim, configurou-se o atual Sistema de Avaliação da Educação Superior, formado pela Avaliação interna, Avaliação Externa, ENADE e Avaliação das Condições de Ensino.

CAPÍTULO III - AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO

3.1 Avaliação do Ensino Superior

Na atual conjuntura nacional, cresce uma conscientização da necessidade de serem elaboradas formas criteriosas de avaliação do ensino superior.

A palavra avaliação apresenta uma multiplicidade de significados e sentidos que variam de acordo com os valores que defende, quem os defende, a intenção, a base que a fundamenta, o objetivo que pretende alcançar e, finalmente, os destinatários que pretende atingir.

A avaliação institucional tem como objetivo medir a qualidade do corpo docente, discente e de pesquisa.

Avaliar a universidade é um processo complexo, porém, essencial como instrumento de autoconhecimento e de indicação de caminhos que orientem a instituição no cumprimento de sua missão social. A avaliação institucional deve ser um processo contínuo, que busque nortear as políticas institucionais, identificar distorções para corrigi-las e democratizar informações.

A avaliação do ensino superior se constitui em uma ferramenta valiosa, utilizada para atender às necessárias mudanças da educação ofertada pelas

universidades brasileiras, visando atingir a melhoria da qualidade e maior aproximação com a sociedade.

a avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade. Para a universidade, instituição cuja razão de ser encontra-se na prestação de serviços de qualidade à sociedade, buscando sempre a excelência na produção, sistematização e democratização do saber. O propósito da Avaliação Institucional deve ser o de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos. (Ribeiro, 2000: p.15)

Segundo Ristoff (1995, p.45), a importância da avaliação institucional dá-se pelos seguintes motivos:

Avaliar é importante para impulsionar um processo criativo de autocrítica.
Avaliar é importante para conhecer como se realizam e se inter-relacionam as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração.
Avaliar é uma forma de restabelecer compromissos com sociedade.
Avaliar é importante para repensar objetivos, modos de atuação e resultados.
Avaliar é estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas.
Avaliar é necessário para poder planejar.
Avaliar é necessário para evoluir
Avaliar é importante para estabelecer valores.

Após reconhecer a importância da avaliação é necessário levar em consideração a metodologia utilizada no processo, a mensuração dos parâmetros, a importância da avaliação o seu significado e para que está havendo a avaliação.

Existem várias maneiras de avaliar as universidades. No entanto, devem necessariamente conter as abordagens: auto-avaliação e avaliação externa.

A auto-avaliação é o processo de avaliação interna que mede o desempenho individual e institucional da IES promovido pela própria comunidade acadêmica. Pressupõe-se que a universidade possa analisar os vários dados de

forma a qualificá-los, gerando relatórios que reflitam a percepção de si mesma. É necessária a participação de professores, alunos e funcionários.

A avaliação externa é promovida pelas autoridades governamentais com o propósito de controle e regulação. O processo de diagnóstico e avaliação é coordenado por uma Comissão de Avaliação e os resultados são publicados, oferecidos ao conhecimento da população.

A partir da Lei n. 10.861/04, responsável pela instituição do SINAES, foram implantados os seguintes instrumentos avaliativos: auto-avaliação; avaliação externa; Avaliação das Condições de Ensino (ACE) e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Frente aos quatro instrumentos de avaliação que compõem o atual sistema de avaliação da educação superior do país, esta pesquisa se limitará, conforme dito anteriormente, a avaliar o Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina por meio da Avaliação das Condições de Ensino, no período 2004/2, uma vez que o curso ainda não foi avaliado por este instrumento, buscando, assim, se antecipar a esta avaliação.

3.2 Avaliação das Condições de Ensino – ACE

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.9.394/96 trouxe importantes contribuições para a melhoria da educação nacional. A LDB consolidou, como pilar essencial da educação superior, a necessidade dos

processos de avaliação, objetivando a melhoria da qualidade de ensino e o reconhecimento de instituições e cursos.

De acordo com o documento *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES: Bases para uma nova proposta da educação superior* (MEC, 2003), a ACE foi desenvolvida para corrigir algumas das principais falhas apontadas em virtude do trabalho realizado anteriormente pelas Comissões de Avaliação das Condições de Oferta (ACO): "(i) falta de padronização de critérios e procedimentos de avaliação; (ii) percepção sobre as condições de funcionamento do curso isolada da inserção institucional". Os instrumentos de avaliação foram elaborados através de diagnósticos de trabalhos das Comissões Especialistas da SESu que realizavam a ACO.

Para cada curso o INEP desenvolveu um Manual, denominado "Manual de Avaliação do Curso _____", tendo em vista atender as especificidades de cada curso.

A ACE é realizada no próprio local de funcionamento do curso e da instituição. Esta avaliação procura evidenciar a realidade do curso frente a vários aspectos considerados. Em decorrência dos resultados dessa avaliação, os alunos e a sociedade têm acesso à real situação seu curso, sendo incentivados a lutar pela garantia de seus direitos e por um ensino de qualidade.

Em sua avaliação, a ACE enfoca três grandes "dimensões": organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações. As "dimensões" são desdobradas em níveis menores que indicam os diferentes aspectos a serem avaliados. Cada um destes aspectos recebe um conceito (muito fraco, fraco, regular, bom ou muito bom),

aos quais são atribuídos pesos. O conjunto destes conceitos leva à emissão de um conceito geral para cada uma das três “dimensões” avaliadas⁸.

A “dimensão” organização didático-pedagógica é subdividida em três áreas: administração acadêmica do curso, projeto do curso e atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação. Cada uma destas também se subdivide. Assim a administração acadêmica apresenta os seguintes itens: coordenação do curso; organização acadêmica-administrativa; e atenção aos discentes. O projeto do curso engloba: a concepção do curso; o currículo; e o sistema de avaliação. As atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação se compõe de: participação dos discentes nas atividades acadêmicas e atividades de natureza prática.

A “dimensão” corpo docente também se subdivide em três áreas: formação acadêmica e profissional, condições de trabalho e atuação e desempenho e profissional. Cada uma dessas áreas também se subdivide em itens. Assim, a formação acadêmica e profissional engloba: titulação; experiência profissional e adequação da formação. Em condições de trabalho são analisados: regime de trabalho; plano de carreira; estímulos (ou incentivos) profissionais; dedicação ao curso; relação alunos/docente; e relação disciplinas/docente. Atuação e desempenho acadêmico e profissional englobam: publicações; produções intelectuais, técnicas, pedagógicas, artísticas e culturais; atividades relacionadas com o ensino de graduação; e atuação nas atividades acadêmicas.

Por último, a “dimensão” instalações, subdivide-se em três áreas: instalações gerais, biblioteca e instalações e laboratórios específicos. Estas, por sua vez, subdividem-se em: instalações gerais: espaço físico; equipamentos; e serviços.

⁸ Sistema nacional de avaliação da educação superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior

Biblioteca: espaço físico; acervo; e serviços. Instalações e laboratórios específicos: laboratório de informática; e laboratório de prática contábil.

A avaliação é realizada por avaliadores *ad hoc*, selecionados pelo INEP através de um cadastro disponibilizado para a comunidade acadêmica via *Internet*, e envolve: administração da IES; coordenação de curso; corpo discente do curso; corpo docente do curso e corpo técnico e administrativo do curso.

A comissão avaliadora deverá estudar as informações prestadas no formulário eletrônico e nos documentos anexados pela IES, analisar o projeto do curso, observar os resultados dos processos avaliativos realizados pelo MEC, verificar o processo de auto-avaliação do curso observado e avaliar se as metas estabelecidas nos anos anteriores estão sendo cumpridas.

A etapa seguinte é a verificação *in loco*. Esta se constitui no momento em que a comissão de avaliadores analisará qualitativamente o funcionamento do curso, o envolvimento e interesse pelas atividades acadêmicas e projetos em andamento e o tipo e o processo de gestão do curso, a partir de entrevistas com o corpo docente, discente e o pessoal técnico e administrativo. Nesta ocasião se verificará se as informações declaradas no projeto do curso são fiéis a realidade da instituição.

Considera-se como principal aspecto positivo do trabalho desenvolvido pelo instrumento ACE o estabelecimento de parâmetros para funcionamento dos cursos, que auxiliaram na construção de procedimentos que propiciaram:

- (i) ampliar a procura e troca de experiências inovadoras; (ii) ampliar o conhecimento dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos entre seus professores; (iii) tornar a seleção do corpo docente mais criteriosa; (iv) estruturar e organizar melhor o funcionamento dos cursos. (MEC, 2003)

Os aspectos negativos apontados nos procedimentos realizados pela ACE são:

(i) problemas relativos ao instrumento, que enfatiza determinados aspectos em detrimento de outros, e para o qual faltam indicadores, em especial, capazes de perceber o quanto a IES consegue agregar ao aluno após a entrada e capazes de identificar a contribuição do curso no âmbito da proposta da IES e da Sociedade; (ii) problemas relativos ao enfoque do processo, pois o avaliador é levado a ocupar mais tempo com o preenchimento de formulários que, propriamente, com a reflexão sobre o curso, as conversas com o corpo docente e discente etc. (MEC, 2003, p. 40)

De forma objetiva, o trabalho desenvolvido pelas Comissões da ACE, pode ser mais bem verificado nas questões materiais e operacionais dos cursos, tais como instalação de infra-estrutura mínima de biblioteca e informática, acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais e implementação de critérios para a contratação de professores. Quanto à organização didático-pedagógica as visitas das Comissões deverão propiciar a identificação da necessidade: “(i) de reformulações ou ajustes curriculares de modo a promover atualizações e inovações; (ii) de elaboração e implementação de projetos político-pedagógicos; e (iii) do amplo envolvimento do corpo docente no desenvolvimento das atividades acadêmicas” (MEC, 2003, p. 40).

3.2.1 Modelo de Avaliação das Condições de Ensino para os Cursos de Ciências Contábeis.

O Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002) organiza as informações pertinentes para a avaliação nos seguintes níveis hierárquicos: “dimensões”, “categorias de análise”, “indicadores” e “aspectos a serem avaliados”.

A seguir, com base no Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002) serão explicados os níveis hierárquicos de avaliação.

Dimensões: seção que agrega os dados e informações do curso em três níveis amplos: organização didático-pedagógico; corpo docente; e instalações. Constituem, pois, o primeiro nível hierárquico que explica quais são as grandes áreas de preocupação.

Categorias de análise: são os desdobramentos das “dimensões”, organizadas, cada uma, em três segmentos:

1 Para a “dimensão” *organização didático-pedagógica*:

- a) administração acadêmica do curso;
- b) projeto do curso; e
- c) atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação.

2 Para a “dimensão” *corpo docente*:

- a) formação acadêmica e profissional;
- b) condições de trabalho; e
- c) atuação e desempenho profissional

3 Para “dimensão” *instalações*:

- a) instalações gerais;
- b) biblioteca; e
- c) instalações e laboratórios específicos

Indicadores: são os desdobramentos das categorias de análise e, por sua vez, compreendem as seguintes preocupações:

1 Para a “categoria de análise” *administração acadêmica*:

- a) coordenação do curso;
- b) organização acadêmica-administrativa; e
- c) atenção aos discentes.

2 Para a “categoria de análise” *projeto do curso*:

- a) concepção do curso;
- b) currículo; e
- c) sistema de avaliação.

3 Para a “categoria de análise” *atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação*:

- a) participação dos discentes nas atividades acadêmicas; e
- b) atividades de natureza prática.

4 Para a “categoria de análise” formação acadêmica e profissional:

- a) titulação;
- b) experiência profissional; e
- c) adequação da formação.

5 Para a “categoria de análise” condições de trabalho:

- a) regime de trabalho;
- b) plano de carreira;
- c) estímulos (ou incentivos) profissionais;
- d) dedicação ao curso;
- e) relação alunos/docente; e
- f) relação disciplinas/docente.

6 Para a “categoria de análise” atuação e desempenho acadêmico e profissional:

- a) publicações;
- b) produções intelectuais, técnicas, pedagógicas, artísticas e culturais;
- c) atividades relacionadas com o ensino de graduação; e
- d) atuação nas atividades acadêmicas.

7 Para a “categoria de análise” instalações gerais:

- a) espaço físico;
- b) equipamentos; e
- c) serviços.

8 Para a “categoria de análise” biblioteca:

- a) espaço físico;
- b) acervo; e
- c) serviços.

9 Para a “categoria de análise” instalações e laboratórios específicos:

- a) laboratório de informática; e
- b) laboratório de prática contábil.

Para cada um destes “indicadores” existe um conjunto de “aspectos a serem avaliados”. Os “aspectos a serem avaliados” constituem-se no o último nível hierárquico, ou seja, são os aspectos operacionais, por onde a avaliação começará. Por exemplo, o “indicador” coordenação de curso será avaliado pelos seguintes “aspectos a serem avaliados”: atuação de coordenador do curso, participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES, participação do coordenador e dos docentes em colegiado de curso ou equivalente, existência de apoio didático-pedagógico ou equivalente aos docentes, titulação do coordenador do curso, regime de trabalho do coordenador do curso, experiência profissional

acadêmica do coordenador do curso, experiência não acadêmica e administrativa do coordenador do curso e efetiva dedicação do coordenador do curso.

Para se avaliar o “indicador” coordenação do curso, tem-se que, inicialmente, identificar o desempenho em cada um dos “aspectos a serem avaliados” que o representam. A agregação de desempenho destes “aspectos” resulta na avaliação deste “indicador”. Esta avaliação (pontuação) é traduzida para seu respectivo conceito (que será explicado ao final deste capítulo).

O mesmo procedimento se repete até se obter a avaliação do nível superior na hierarquia, ou seja, em nível de “dimensões”, quando, então, será possível proceder à avaliação global do curso e identificar em qual condição este se encontra.

Neste contexto, para a agregação das avaliações pontuais é necessário conhecer os pesos atribuídos aos “aspectos a serem avaliados”, aos “indicadores”, às “categorias de análise” e às “dimensões”. A Figura 1 cumpre este papel, uma vez que estas informações (os pesos) encontram-se dispersas ao longo do texto do *Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002)*:

Dimensão	Categorias de Análises	Peso	Indicadores	Peso	Aspectos a serem avaliados	Peso
Organização didático-pedagógica	Administração acadêmica	30	Coordenação do curso	45	Atuação do coordenador do curso	20
					Participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES	5
					Participação do coordenador e dos docentes em colegiado de curso ou equivalente	10
					Existência de apoio didático-pedagógico ou equivalente aos docentes	5
					Titulação do coordenador do curso	15
					Regime de trabalho do coordenador do curso	10
					Experiência profissional acadêmica do coordenador do curso	10

					Experiência profissional não acadêmica e administrativa do coordenador do curso	5
					Efetiva dedicação do coordenador à administração e à condução do curso	20
			Organização acadêmico-administrativo	25	Organização do controle acadêmico	40
					Pessoal técnico e administrativo	60
			Atenção aos discentes	30	Apoio à participação em eventos	10
					Apoio pedagógico ao discente	35
					Mecanismos de nivelamento	5
					Acompanhamento de egressos	5
					Existência de meios de divulgação de trabalhos e produções dos alunos	30
					Bolsas de estudo	10
					Bolsas de trabalho ou de administração	5
	Projeto do curso	40	Concepção do curso	20	Objetivos do curso	50
					Perfil do egresso	50
			Currículo	50	Coerência do currículo com os objetivos do curso	10
					Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso	15
					Coerência do currículo em face das diretrizes curriculares nacionais	10
					Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso	15
					Inter-relação das disciplinas na concepção e execução do currículo	10
					Dimensionamento da carga horária das disciplinas	10
					Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas	15
					Adequação, atualização e relevância da bibliografia	15
			Sistema de avaliação	30	Coerência do sistema de avaliação do processo ensino aprendizagem com a concepção do curso	30
					Procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem	35
					Existência de um sistema de auto-avaliação do curso	35

					Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes	30		
			Dedicação ao curso	20	Carga horária semanal do professor no ensino de graduação e em atividades que lhe são complementares	70		
					Tempo de exercício de docência no curso	30		
			Relação alunos/docentes	10	Número médio de alunos por docente em disciplinas do curso	100		
			Relação disciplinas/docente	10	Número médio de disciplinas por docente	50		
					Proximidade temática das disciplinas	50		
			Atuação e desempenho acadêmico e profissional	25	Publicações	35	Artigos publicados em periódicos científicos	30
							Livros ou capítulos de livros publicados	30
							Trabalhos publicados em anais (completos ou resumos)	30
							Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados	10
	Produções intelectuais, técnicas, pedagógicas, artísticas e culturais	15			Propriedade intelectual depositada ou registrada	10		
					Projetos e/ou produções técnicas, artísticas e culturais	10		
					Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não	80		
	Atividades relacionadas com o ensino de graduação	40			Docentes com orientação didática de alunos	10		
					Docentes com orientação de atividades de natureza prática	65		
					Docentes com orientação de bolsistas de iniciação científica, de monitoria, de atividades de extensão ou de outros tipos de bolsas ou atividades discentes	25		
	Atuação nas atividades acadêmicas	10	Atuação dos docentes em sala de aula	50				
			Docentes com atuação na pós-graduação	15				
			Docentes com atuação na pesquisa ou em outras atividades de produção do conhecimento	10				
			Docentes com atuação em atividades de extensão	25				
Instalações	Instalações gerais	35	Espaço físico	45	Salas de aula	25		
				Instalações administrativas	10			
				Instalações para docentes - salas de professores, salas de reuniões e gabinetes de trabalho	15			

				Instalações para coordenação do curso	15	
				Auditório/sala de conferência	5	
				Instalações sanitárias - adequação e limpeza	10	
				Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	5	
				Infra-estrutura de segurança	10	
				Plano de expansão física, quando necessário	5	
			Equipamentos	35	Acesso a equipamentos de informática pelos docentes	25
					Acesso a equipamentos de informática pelos alunos	30
					Recursos audiovisuais e multimídia	20
					Existência de rede de comunicação científica	25
			Serviços	20	Manutenção e conservação das instalações físicas	50
					Manutenção e conservação dos equipamentos	50
	Biblioteca	35	Espaço físico	20	Instalações para o acervo	40
					Instalações para estudos individuais	30
					Instalações para estudos em grupos	30
			Acervo	50	Livros	40
					Periódicos	15
					Informatização	15
					Base de dados	10
					Multimídia	10
					Jornais e revistas	5
					Política de aquisição, expansão e atualização	5
			Serviços	30	Horário de funcionamento	45
					Serviço de acesso ao acervo	35
					Pessoal técnico e administrativo	15
					Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	5
Instalações e laboratórios específicos	30	Laboratório de informática	50	Espaço físico	35	
				Equipamentos	35	
				Serviços	30	
		Laboratório de prática contábil	50	Espaço físico	35	
				Equipamentos	35	
				Serviços	30	

Figura 1 – Pesos constantes no Manual para as “categorias de análises”, “indicadores” e “aspectos a serem avaliados”

Fonte: autora, baseada no *Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis* (MEC, 2002)

A demonstração da utilização destes pesos ocorrerá no Capítulo 4, seção 4.4.

Conforme mencionado anteriormente (antes da Figura 1), após a avaliação, na qual se obtém a pontuação, esta deve ser traduzida em termos de conceito, para os níveis hierárquicos dos “aspectos a serem avaliados”, “indicadores” e “categoria de análise”.

Cumprе esclarecer que os conceitos a eles atribuídos são: Muito Bom – MB, Bom – B, Regular – R, Fraco – F, e Muito Fraco – MF. A Figura 2 apresenta a escala de valor para os conceitos com sua respectiva pontuação. Neste momento cumprе esclarecer, que como a pontuação da avaliação pode variar de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, estas cinco possibilidades de conceitos abarcam uma faixa de pontuação de 50% para cima ou para baixo, com exceção das extremidades, ou seja, uma pontuação de 56 pontos se instala na faixa do conceito regular, sendo este o conceito atribuído.

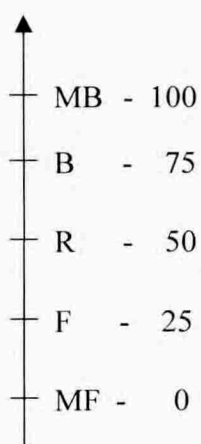


Figura 2: Escala da tradução da pontuação obtida na avaliação para seu respectivo conceito.

Já quando da avaliação do nível hierárquico superior – “dimensão” – a nomenclatura sugerida pelo Manual é de condições e não mais conceito. Outra alteração também ocorre: agora passam a existir apenas quatro possibilidades de diagnóstico, a saber:

- CMB - condições muito boas;
- CB - condições boas;
- CR - condições regulares; e
- CI - condições insuficientes.

CAPÍTULO IV – Levantamento de Dados

4.1 Considerações Iniciais

Nesta parte da pesquisa serão apresentados, inicialmente, a Universidade Federal de Santa Catarina e o seu Curso de Ciências Contábeis, objeto de estudo que sofrerá a simulação.

Em um segundo momento, será explicado o procedimento utilizado para a coleta dos dados e análise dos resultados obtidos. Em seguida sugere-se as ações de melhorias para o curso e apresenta-se o resultado esperado após a implementação das ações recomendadas.

Sendo assim, este capítulo pretende responder as três perguntas norteadoras e, conseqüentemente, atingir o objetivo geral desta monografia.

4.2 A Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma instituição de ensino superior, pesquisa e extensão. Criada pela lei n. 3.849 de 18 de dezembro de 1960, agrupava as faculdades de Direito, Medicina, Filosofia, Odontologia, Farmácia,

Ciências Econômicas, Escola de Engenharia Industrial e Serviço Social. Sua instalação solene ocorreu em 1962⁹.

Localizada em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, a UFSC ocupa uma área de 184.000 m². A universidade oferta cursos de: graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e atualização, além de atender alunos do ensino médio, fundamental e pré-escolar.

A UFSC oferece 39 cursos de graduação (com 56 habilitações), totalizando 17.435 alunos e 1.851 professores. Segundo o Guia do Estudante é considerada a quarta universidade do país com cursos mais estrelados no ranking 2004¹⁰.

Apoiada no tripé básico de ensino, pesquisa e extensão, a UFSC é apontada como principal responsável pelo desenvolvimento da cidade de Florianópolis, exercendo influências em todo estado de Santa Catarina, sendo seus cursos respeitados em todo Brasil¹¹.

4.3 Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina

De acordo com informação disponibilizada pelo INEP¹², existem, em 2004, 747 cursos de graduação em ciências contábeis no Brasil, sendo que 49 concentram-se no estado de Santa Catarina.

⁹ UFSC. 30 anos de história

¹⁰ Disponível em <<http://www.vestibular2004.ufsc.br/nhtml>> Acesso em 02 dez. 2003.

¹¹ UFSC. 30 anos de história

¹² Disponível em <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/avaliacao_instituicao.stm> Acesso em 27 jan. 2004.

Os cursos superiores de Ciências Contábeis são formadores de profissionais responsáveis pelo *“acompanhamento, registro, apuração e divulgação de informações de qualidade e oportunas, construídas com a utilização de modernas técnicas e tecnologia de ponta, que possibilitarão aos administradores a tomada de decisões em relação à produção, baseados em dados confiáveis”* (Silva, 1998, p.1).

O Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado em 1963, de acordo com a Portaria 39 de 08/03/63 do Ministério da Educação, e reconhecido pelo decreto n.75.590 de 10/04/75 da Presidência da República.

O curso obteve, pelo segundo ano consecutivo, conceito A no Exame Nacional de Cursos (ENC) de 2003.

Atualmente, estão lotados no departamento de Ciências Contábeis da UFSC 28 professores¹³.

No semestre de 2004/2, constam 752 alunos matriculados no curso. O departamento de Ciências Contábeis oferece anualmente 80 vagas para o período matutino e 80 vagas para o período noturno, preenchidas através de concurso vestibular.

¹³ Disponível em <<http://www.contabeis.ufsc.br/departamento/adm3-docentes.htm>> Acesso em 27 jan. 2004.

4.4 A Avaliação das Condições de Ensino no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina

Para realização desta pesquisa foram desenvolvidas três fases distintas:

a) coleta de dados para a base conceitual através de pesquisa bibliográfica; b) elaboração e aplicação de questionários; e c) observação, interpretação e conclusões através da confrontação dos dados.

A fase (a) constitui-se no capítulo II, o qual refere-se à fundamentação teórica.

Na fase (b), foram elaborados cinco tipos distintos de questionários com base no Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002), e aplicados à coordenação do curso, à chefia departamental, ao corpo docente, ao corpo discente e ao pessoal técnico-administrativo.

Para a construção dos questionários aplicados, analisou-se os 111 (cento e onze) “aspectos a serem avaliados”, elencados no Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002), e elaborou-se as questões de acordo com os eixos afetados (coordenação, chefia departamental, corpo docente, corpo discente e pessoal técnico administrativo).

A seguir passa-se à explicação do processo de construção dos questionários. Para demonstração, segue o quadro seguinte, extraído do Manual, que representa um dos “aspectos a serem avaliados” que compõem o “indicador” Atenção aos discentes.

Aspecto a ser avaliados	CrITÉRIOS de avaliação
Apoio à participação em eventos (ações para participação dos discentes em eventos como congressos, encontros, seminários etc.)	<p>Muito fraco – quando não existem ações de apoio à participação do aluno em eventos.</p> <p>Regular – quando existem ações isoladas ou eventuais de apoio à participação do aluno em eventos.</p> <p>Muito bom – quando existe uma política e ações regulares de apoio à participação do aluno em eventos.</p>

Figura 3: Critérios de Avaliação para o “aspecto a ser avaliado” – Apoio a participação em eventos
 Fonte: Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002)

Após análise dos “critérios de avaliação” propostos, verificou-se que o “aspecto a ser avaliado” - Apoio à participação em eventos – afetaria, pelo menos, o corpo discente e o corpo docente do curso. Sendo assim esta questão deveria fazer parte tanto do questionário dos discentes quanto dos docentes. Desta forma, o quadro foi transcrito para o questionário aplicado a esses dois eixos da seguinte forma:

Qual a sua percepção quanto ao:

Apoio à participação em eventos (ações para participação dos discentes em eventos como congressos, encontros, seminários) 6 (12)

- () Existem uma política e ações regulares de apoio à participação do aluno em eventos.
- () Existem ações isoladas ou eventuais de apoio à participação do aluno em eventos.
- () Não existem ações de apoio à participação do aluno em eventos.

Como pode ser verificar nos anexos A e B, algumas questões participam de dois ou mais questionários.

Cada questionário possui um número diferenciado de questões. Para o questionário aplicado ao corpo docente foram identificados 62 (sessenta e dois) “aspectos a serem avaliados”, ou seja 62 (sessenta e duas) questões. Para o questionário do corpo discente foram elaboradas 46 (quarenta e seis) questões. O questionário aplicado ao pessoal técnico-administrativo totalizou 14 (quatorze) questões. Para o questionário da chefia departamental somaram-se 14 (quatorze)

questões. E, para o questionário aplicado à coordenação do curso totalizaram 29 (vinte e nove) questões.

É importante salientar que as perguntas constantes em cada questionário são cópias fidedignas do *Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002)*, uma vez que esta simulação da avaliação é informada pela ACE.

Cumprе ressaltar que a pesquisa compreendeu todo o corpo docente do curso, o corpo técnico-administrativo do curso, a chefia departamental e a coordenação do curso. Em relação ao corpo discente, foram selecionados cinco alunos de cada turma, diurno e noturno, por meio de amostragem aleatória.

Na fase (c), observou-se as respostas dos questionários e apurou-se o resultado. Oferecendo uma resposta rápida e direta, o curso obteve conceito Regular, assim, a primeira pergunta norteadora está respondida: *qual o diagnóstico que emerge da avaliação global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC, no período 2004/2, segundo a simulação informada pelo instrumento ACE?*

Para melhor compreensão do resultado final, as páginas que se seguem a esta até o início da seção 4.4.1 detalham a análise.

Inicialmente, apresenta-se a Figura 4 que informa o resultado da avaliação. Esta estrutura foi extraída do relatório utilizado pelo INEP para informar o resultado obtido após a avaliação.

QUADRO-RESUMO					
CONCEITO	CI	CR	CB	CMB	
1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
CONCEITO	MF	F	R	B	MB
1.1 - Administração Acadêmica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.1.1 - Coordenação do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Atuação do coordenador do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação do coordenador e dos docentes em colegiado de curso ou equivalente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de apoio didático-pedagógico ou equivalente aos docentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Titulação do coordenador do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regime de trabalho do coordenador do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Experiência profissional acadêmica do coordenador do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Experiência profissional não acadêmica e administrativa do coordenador do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Efetiva dedicação do coordenador à administração e à condução do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.1.2 - Organização acadêmico-administrativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organização do controle acadêmico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoal técnico e administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.1.3 - Atenção ao discente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio à participação em eventos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio pedagógico ao discente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mecanismos de nivelamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhamento de egressos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de meios de divulgação de trabalhos e produções dos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bolsas de estudo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bolsas de trabalho ou de administração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.2 - Projeto do Curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.2.1 - Concepção do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Objetivos do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Perfil do egresso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.2.2 - Currículo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coerência do currículo com os objetivos do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coerência do currículo em face das diretrizes curriculares nacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inter-relação das disciplinas na concepção e execução do currículo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dimensionamento da carga horária das disciplinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Adequação, atualização e relevância da bibliografia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.2.3 - Sistema de avaliação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coerência do sistema de avaliação do processo ensino aprendizagem com a concepção do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de um sistema de auto-avaliação do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.3 - Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.3.1 - Participação dos discentes nas atividades acadêmicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação dos alunos em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação dos alunos em atividades de extensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentivo à participação dos alunos em atividades extracurriculares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de bolsas acadêmicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.3.2 - Atividades de natureza prática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento de atividade de natureza prática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adequação de atividade de natureza prática ao projeto do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relação aluno/professor na orientação de atividade de natureza prática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CONCEITO	CI	CR	CB	CMB	
2 - CORPO DOCENTE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CONCEITO	MF	F	R	B	MB
2.1 - Formação Acadêmica e Profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.1.1 – Titulação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com especialização na área	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com especialização em outras áreas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com mestrado na área	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com mestrado em outras áreas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com doutorado na área	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com doutorado em outras áreas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.1.2 - Experiência profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tempo de magistério superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tempo de exercício profissional fora do magistério	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.1.3 - Adequação da formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com formação adequada às disciplinas que ministram	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com formação/capacitação/experiência pedagógica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.2 - Condições de Trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<i>2.2.1 - Regime de trabalho</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes em tempo integral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes em tempo parcial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes horistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<i>2.2.2 - Plano de carreira</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações de capacitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Crêterios de admissão e de progressão na carreira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de um sistema permanente de avaliação dos docentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<i>2.2.3 - Estímulos (ou incentivos) profissionais</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio à participação em eventos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentivo à formação/ atualização pedagógica dos docentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<i>2.2.4 - Dedicção ao curso</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Carga horária semanal do professor no ensino de graduação e em atividades que lhe são complementares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tempo de exercício de docência no curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<i>2.2.5 - Relação alunos/docente</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número médio de alunos por docente em disciplinas do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<i>2.2.6 - Relação disciplinas/docente</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número médio de disciplinas por docente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proximidade temática das disciplinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.3 - Atuação e Desempenho Acadêmico e Profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<i>2.3.1 - Publicações</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Artigos publicados em periódicos científicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livros ou capítulos de livros publicados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalhos publicados em anais (completos ou resumos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<i>2.3.2 - Produções intelectuais, técnicas, pedagógicas, artísticas e culturais</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Propriedade intelectual depositada ou registrada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos e/ou produções técnicas, artísticas e culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<i>2.3.3 - Atividades relacionadas com o ensino de graduação</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Docentes com orientação didática de alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com orientação de atividades de natureza prática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com orientação de bolsistas de iniciação científica, de monitoria, de atividades de extensão ou de outros tipos de bolsas ou atividades discentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.3.4 - Atuação nas atividades acadêmicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atuação dos docentes em sala de aula	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com atuação na pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com atuação na pesquisa ou em outras atividades de produção do conhecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes com atuação em atividades de extensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CONCEITO	CI	CR	CB	CMB	
3 – INSTALAÇÕES	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CONCEITO	MF	F	R	B	MB
3.1 - Instalações Gerais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.1.1 - Espaço físico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Salas de aula	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações administrativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações para docentes - salas de professores, salas de reuniões e gabinetes de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações para coordenação do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auditório/sala de conferência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações sanitárias - adequação e limpeza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infra-estrutura de segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Plano de expansão física, quando necessário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.1.2 - Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a equipamentos de informática pelos docentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a equipamentos de informática pelos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos audiovisuais e multimídia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de rede de comunicação científica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.1.3 - Serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Manutenção e conservação das instalações físicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Manutenção e conservação dos equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.2 - Biblioteca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.2.1 - Espaço físico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Instalações para o acervo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações para estudos individuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações para estudos em grupos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.2.2 - Acervo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Periódicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informatização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Base de dados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Multimídia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornais e revistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de aquisição, expansão e atualização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.2.3 - Serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horário de funcionamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviço de acesso ao acervo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoal técnico e administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.3 - Instalações e Laboratórios Específicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.3.1 - Laboratório de informática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço físico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.3.2 - Laboratório de prática contábil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço físico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Figura 4: Relatório informando o resultado da simulação da avaliação
 Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Com base na Figura 4 pode-se responder a segunda pergunta norteadora desta monografia, qual seja: *diante do diagnóstico resultante da avaliação global do curso, quais aspectos caracterizam-se como pontos fortes do curso e quais merecem atenção a fim de melhorar o seu perfil?* Passa-se, a seguir, à identificação dos aspectos que caracterizam-se como pontos fortes e fracos do desempenho do Curso de Ciências Contábeis da UFSC.

Conceito “Muito Bom”	Conceito “Muito Fraco”
Participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES	Existência de apoio didático-pedagógico ou equivalente aos docentes
Participação do coordenador e dos docentes em colegiado de curso ou equivalente	Pessoal técnico e administrativo
Experiência profissional acadêmica do coordenador do curso	Mecanismos de nivelamento
Efetiva dedicação do coordenador à administração e à condução do curso	Acompanhamento de egressos
Existência de meios de divulgação de trabalhos e produções dos alunos	Bolsas de trabalho ou de administração
Objetivos do curso	Coerência do currículo com os objetivos do curso
Coerência do currículo em face das diretrizes curriculares nacionais	Existência de um sistema de auto-avaliação do curso
Existência de bolsas acadêmicas	Existência de um sistema permanente de avaliação dos docentes
Existência de mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento de atividade de natureza prática	Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural
Relação aluno/professor na orientação de atividade de natureza prática	Incentivo à formação/ atualização pedagógica dos docentes
Docentes com especialização na área	Salas de aula
Docentes com especialização em outras áreas	Instalações administrativas
Docentes com mestrado na área	Instalações para docentes - salas de professores, salas de reuniões e gabinetes de trabalho
Docentes com mestrado em outras áreas	Instalações sanitárias - adequação e limpeza
Docentes com doutorado na área	Condições de acesso para portadores de necessidades especiais
Docentes com doutorado em outras áreas	Livros
Tempo de magistério superior	Periódicos
Tempo de exercício profissional fora do magistério	Informatização
Docentes com formação/capacitação/experiência pedagógica	Multimídia
Docentes em tempo integral	Serviço de acesso ao acervo
Docentes em tempo parcial	Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos

Docentes horistas	Espaço físico
Critérios de admissão e de progressão na carreira	Equipamentos
Carga horária semanal do professor no ensino de graduação e em atividades que lhe são complementares	Serviços
Tempo de exercício de docência no curso	Espaço físico
Número médio de alunos por docente em disciplinas do curso	Equipamentos
Número médio de disciplinas por docente	Serviços
Docentes com atuação na pós-graduação	
Docentes com atuação na pesquisa ou em outras atividades de produção do conhecimento	
Docentes com atuação em atividades de extensão	
Auditório/sala de conferência	
Plano de expansão física, quando necessário	
Acesso a equipamentos de informática pelos docentes	
Existência de rede de comunicação científica	
Instalações para o acervo	
Base de dados	
Horário de funcionamento	

Figura 5: “Aspectos a serem avaliados” conceituado em “Muito Bom” ou “Muito Fraco”
Fonte: autora

Cumpre salientar que, como ação emergencial, esforços devem ser investidos em todos os aspectos aqui apresentados com conceito “Muito Fraco”. A seção 4.4.1 destina-se a apresentar ações pontuais em tais aspectos.

Com o propósito de oferecer uma visão do “todo”, optou-se por fazer uso da estrutura hierárquica Keeney (1992), por considerar que esta representação seja suficientemente elucidativa. Para uma compreensão do “todo”, agregou-se, ainda, o perfil de desempenho do Curso de Ciências Contábeis. Assim, acredita-se que a Figura 6 seja capaz de oferecer uma visualização elucidativa do *status quo* do CCN face ao instrumento ACE.

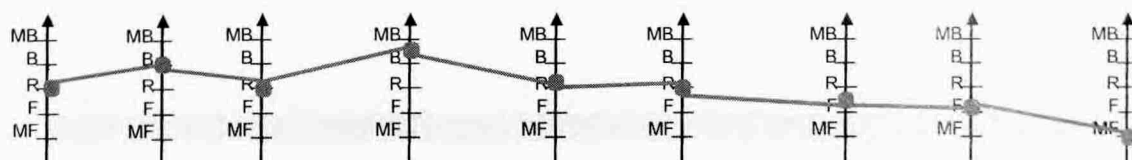
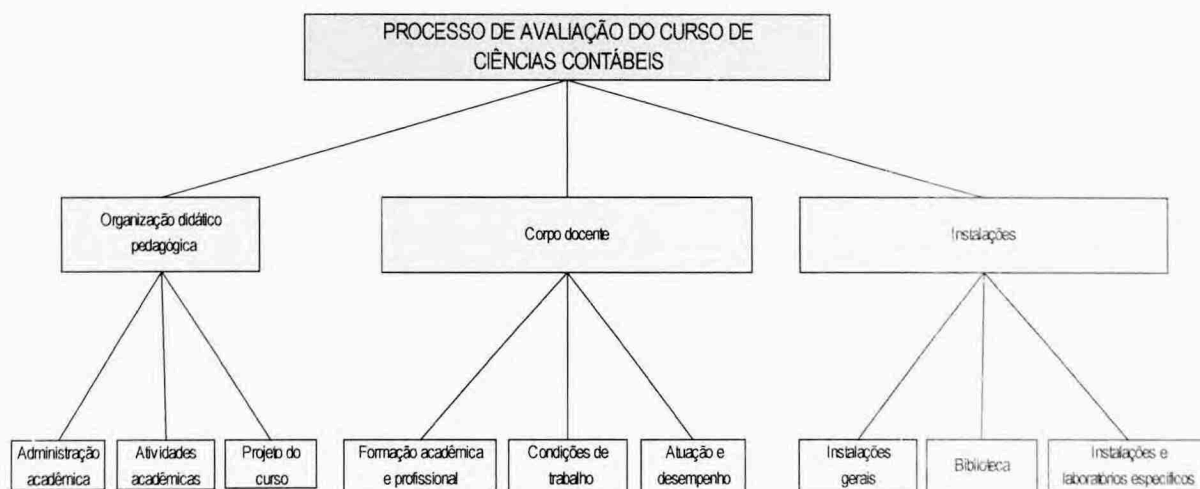


Figura 6: Perfil de desempenho do CCN da UFSC, no período de 2004/2, informado pelo instrumento ACE

Fonte: Ensslin, S; Maçaneiro, F; Igarashi, D. (2004)

O resultado da avaliação demonstrado na Figura 6 foi obtido de acordo com o seguinte critério geral, disponível no Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002):

a) o conceito de um indicador é gerado pela média ponderada dos conceitos dos aspectos que constituem o indicador, de acordo com a fórmula estipulada pelo Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis:

$$\frac{\sum (P_i \times N_i)}{\sum P_i}, \text{ onde:}$$

P_i é o peso de um aspecto; e
 N_i é o conceito do respectivo aspecto

b) o conceito de uma "categoria de análise" é obtido pela média ponderada dos conceitos dos "indicadores" que constituem a categoria, de acordo com a fórmula estipulada pelo Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis:

$$\frac{\sum (P_i N_i)}{\sum P_i}, \text{ onde:}$$

P_i é o peso de um indicador; e

N_i é o conceito do respectivo indicador.

c) o conceito de uma “dimensão” é obtido pela média ponderada dos conceitos das categorias que constituem a “dimensão”, de acordo com a fórmula estipulada pelo Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis:

$$\frac{\sum (P_i N_i)}{\sum P_i}, \text{ onde:}$$

P_i é o peso de uma categoria; e

N_i é o conceito da respectiva categoria.

Dando prosseguimento à demonstração passa-se ao cálculo da “categoria de análise” Administração Acadêmica que informará o conceito a ser atribuído.

$$\frac{\sum (P_i N_i)}{\sum P_i} = \frac{((45 \times 75) + (25 \times 20) + (30 \times 57))}{45 + 25 + 30} = 56$$

O peso de cada “indicador” é estipulado pelo *Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002)*, conforme demonstrado na Figura 1, coluna 6, ou seja, para o “indicador” – Coordenação do curso – o peso atribuído pelo Manual é de 45 (quarenta e cinco). Agora, para o “indicador” – Organização acadêmico-administrativa o peso atribuído pelo Manual é de 25 (vinte e cinco) e para o “indicador” – Atenção discente é de 30 (trinta). Cabe explicar como foi obtida a pontuação 75 (setenta e cinco) para o “indicador” – coordenador do curso, uma vez que este processo se repetirá ao longo da avaliação.

O “indicador” – coordenação do curso é formado por 9 (nove) “aspectos a serem avaliados”, conforme pode ser verificado na Figura 1 e na Figura 9. Assim, para cada um destes “aspectos a serem avaliados”, buscou-se para cada um destes “aspectos a serem avaliados”, buscou-se, na tabulação dos questionários, sua

correspondente avaliação. Por exemplo, a Figura 7 apresenta a tabulação correspondente ao “aspecto a ser avaliado” – atuação do coordenador do curso. Ou seja, das 93 (noventa e três) respostas, 52 impactam no Conceito Regular, sendo este o respectivo conceito.

Atuação do coordenador do curso		Conceito	Número de respostas
()	Existem atribuições formalmente definidas sobre a função de coordenador e a sua atuação atende plenamente às demandas dos alunos e professores e o curso é bem conduzido.	MB	26
()	A atuação do coordenador atende apenas parcialmente às demandas dos alunos e professores e à condução do curso.	R	52
()	A atuação do coordenador não evidencia uma linha de ação coerente e sistemática.	MF	15

Figura 7: Questão – Atuação do coordenador do curso

Existência de apoio didático-pedagógico ou equivalente aos docentes		Conceito	Número de respostas
()	Existe assessoria didático-pedagógica ou qualquer outro serviço que preste assistência aos professores na condução do seu trabalho acadêmico.	MB	3
()	Não existe qualquer tipo de apoio aos professores na condução do seu trabalho acadêmico.	MF	13

Figura 8: Questão - Existência de apoio didático pedagógico ou equivalente aos docentes

Sendo assim, a atribuição da pontuação no “aspecto” – Atuação do coordenador do curso – deve-se, em primeiro momento, fato de o maior número de respostas dos questionários estar vinculados ao “Conceito Regular” (R), ao passo que para o segundo “aspecto” apresentado na Figura 8 - Existência de apoio didático-pedagógico ou equivalente aos docentes – obteve-se o maior número de respostas vinculadas ao “conceito Muito Fraco” (MF).

Este foi o mesmo processo adotado para cada um dos 111 (cento e onze) “aspectos avaliados”, visando obter a classificação dos aspectos segundo os “conceitos”: MB, B, R, F, MF.

A Figura 9 apresenta a tabulação dos dados referente aos “aspectos a serem avaliados” vinculados ao “indicador” – coordenador do curso. A união dos desempenhos pontuais forma o perfil de desempenho do “indicador” – coordenação do curso. Nesta figura, também é oferecido o peso correspondente a cada “aspectos a serem avaliados”, bem como a pontuação correspondente a cada conceito a fim de que a avaliação global do “indicador” seja possível.

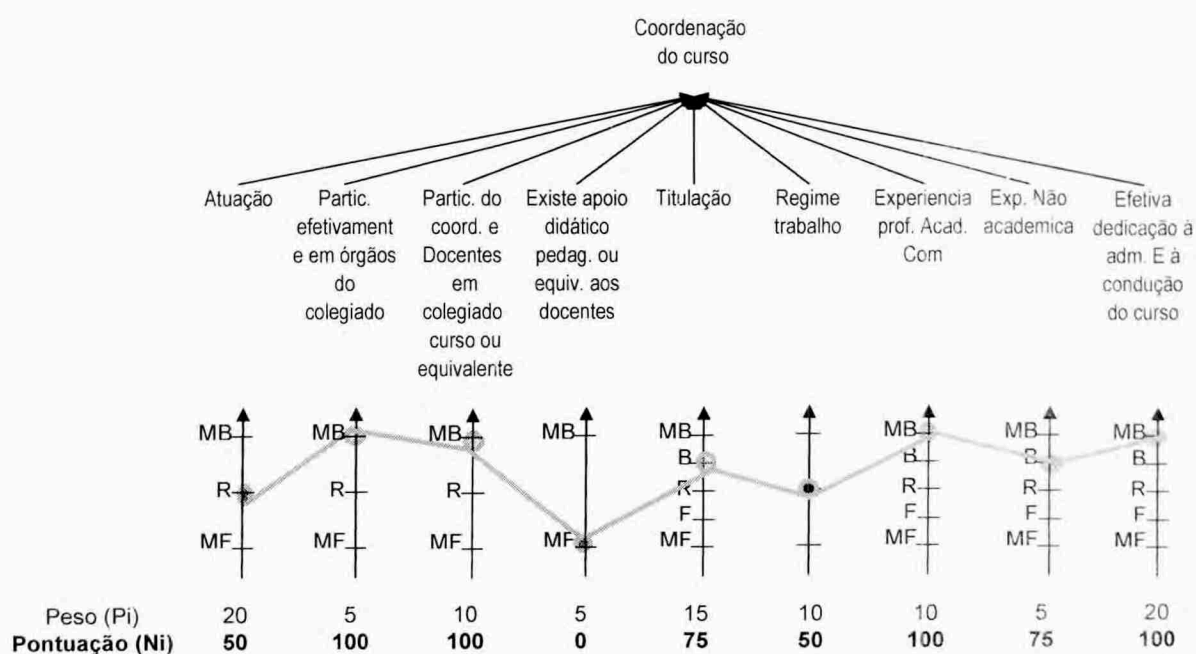


Figura 9: Perfil do desempenho dos “aspectos a serem avaliados” do “indicador” – coordenação do curso.

Assim, observa-se que a pontuação 75 (setenta e cinco) foi obtida utilizando-se o seguinte método de cálculo:

$$\frac{\sum (P_i \times N_i)}{\sum P_i} = \frac{((20 \times 50) + (5 \times 100) + (10 \times 100) + (5 \times 0) + (15 \times 75) + (10 \times 50) + (10 \times 100) + (5 \times 75) + (20 \times 100))}{20 + 5 + 10 + 5 + 15 + 10 + 10 + 5 + 20} = 75$$

da mesma forma, passa-se à avaliação da “categoria de análise” – Administração acadêmica. Assim, segue a fórmula:

$$\frac{\sum (Pix Ni)}{\sum Pi} = \frac{((40 \times 50) + (60 \times 0))}{40 + 60} = 20$$

Conforme pontuação identificada – 56 -, o conceito atribuído a “categoria de análise” Administração Acadêmica é Regular, como pode ser verificado na Figura 4, linha 5, item 1.1.

O mesmo procedimento é realizado para as “categorias de análise” atividade acadêmica (item 1.3) e projeto do Curso (item 1.2). De posse das pontuações obtidas pode-se calcular a pontuação da “Dimensão” Organização didático pedagógica, conforme cálculo abaixo:

$$\frac{\sum (Pix Ni)}{\sum Pi} = \frac{((30 \times 56) + (50 \times 40) + (72 \times 30))}{30 + 40 + 30} = 59$$

Frente a esta pontuação do desempenho, a avaliação da “Dimensão” Organização didático pedagógica é traduzida como “Condições Regulares” (CR), conforme pode ser verificado na Figura 4, linha 3, item 1.

O mesmo procedimento foi utilizado para as dimensões Corpo Docente e Instalações, cuja pontuação totalizou, respectivamente, 70 e 29 pontos.

Finalmente, passa-se à avaliação global do CCN da UFSC via ACE:

$$\frac{\sum (Pix Ni)}{\sum Pi} = \frac{(33 \times 159) + (33 \times 70) + (33 \times 29)}{33 + 33 + 33} = 53$$

Cumpra-se observar que para a agregação das avaliações das “dimensões” o *Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2002)* não oferece, de forma clara, os pesos. Assim, optou-se por considerá-las de forma igualitária. Sendo assim, o *status quo* do CCN é avaliado como em “Condições Regulares”.

Através da Figura 6, evidencia-se que a questão (i) do problema desta monografia está sendo respondida. Considerando o perfil do curso apresentado, observa-se que as “dimensões” *Organização Didático Pedagógica e Corpo Docente* apresentaram um resultado satisfatório oscilando entre o conceito “Regular” e “Muito Bom”. No entanto a parte crítica da avaliação concentra-se na “dimensão” *Instalações*, cujos conceitos obtidos variaram em “Fraco” e “Muito Fraco”.

Dentre as “categorias de análise” destaca-se como pontos fortes do curso a “categoria” Formação Acadêmica e Profissional, que recebeu o conceito “Muito Bom”. Aquelas que necessitam de alterações para que se possa elevar o conceito do curso são Instalações gerais; Biblioteca; e, Instalações e laboratórios específicos que receberam os conceitos “Fraco”, “Fraco” e “Muito Fraco” respectivamente.

Passa-se, agora, à resolução e resposta da pergunta (iii) norteadora desta monografia.

¶

4.4.1 Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

Nesta seção serão sugeridas ações de aperfeiçoamento a serem implementadas para contribuir para o melhor conceito do curso de Ciências Contábeis da UFSC, uma vez que já foram identificados os seus pontos fracos.

Após a simulação da avaliação, a “dimensão” Organização Didático-pedagógica recebeu o conceito “Condições Regulares”.

4.4.1.1 Administração Acadêmica

A “categoria de análise” administração acadêmica abrange os seguintes “indicadores”: coordenação do curso; organização acadêmico-administrativa; e atenção aos discentes.

Após a tabulação dos dados referentes aos “indicadores” citados, obteve-se o conceito Regular.

A seguir, serão identificados os “indicadores” que receberam conceito “muito fraco” ou “fraco” para que se possa sugerir ações de melhoria passíveis de implementação pelo departamento do curso.

Indicador	Aspecto a ser avaliado	Conceito Obtido	Ações de melhoria	Conceito Obtido após aplicação da ação de melhoria
Coordenação do curso	Existência de apoio didático-pedagógico ou equivalente aos docentes	MF	Ofertar cursos direcionado ao aprimoramento das habilidades didático-pedagógica dos docentes; Prestar assessoria / acompanhamento aos docentes que egressos do curso.	MB
Organização acadêmico-administrativa	Pessoal técnico e administrativo	MF	Solicitar junto ao Centro Sócio-Econômico e à Reitoria novos servidores.	R

Atenção discente	Mecanismo de nivelamento	MF	Sugere-se, inicialmente, um levantamento das deficiências de formação dos ingressantes e, a partir daí, solicitar junto aos órgãos competentes a criação de um programa de nivelamento discente que desenvolva ações que supram possíveis deficiências oriundas do Ensino Médio.	MB
	Acompanhamento de egressos	MF	Construir um banco de dados com o objetivo de acompanhar e dar suporte aos egressos no que se refere à vida profissional e a projetos de educação continuada.	R
	Bolsas de trabalho ou de administração	MF	Incentivar os docentes a desenvolver mais projetos de pesquisa e extensão com a colaboração dos discentes.	MB

Figura 10: Ações de melhoria propostas para a “categoria de análise” Administração Acadêmica
Fonte: autora

A Figura 10 possibilita uma visualização dos pontos críticos da categoria em análise. Nesta tabela são demonstrados os “aspectos a serem avaliados” que receberam conceitos abaixo do nível desejado e as ações necessárias para que se possa atingir o conceito muito bom.

4.4.1.2 Projeto do curso

A “categoria de análise” projeto do curso constitui-se dos seguintes “indicadores”: concepção do curso; currículo; e sistema de avaliação.

Após a tabulação dos dados referentes aos “indicadores” citados, obteve-se o conceito Regular.

A seguir, serão identificados os “indicadores” que receberam conceito “muito fraco” ou “fraco” para que se possa sugerir ações de melhoria passíveis de implementação pelo departamento do curso.

Indicador	Aspecto a ser avaliado	Conceito Obtido	Ações de melhoria	Conceito Obtido após aplicação da ação de melhoria
Curriculo	Coerência do currículo com os objetivos do curso	MF	Promover, anualmente, fóruns de debates no colegiado do curso para verificar a aderência.	MB
Sistema de avaliação	Existência de um sistema de auto-avaliação do curso	MF	Sugere-se a criação de uma coordenação de Avaliação Departamental que construa um instrumento de avaliação do CCN de acordo com suas especificidades, constituindo-se numa atividade contínua de avaliação e aperfeiçoamento.	MB

Figura 11: Ações de melhoria para a “categoria de análise” Projeto do Curso

Fonte: autora

A Figura 11 possibilita uma visualização dos pontos críticos da categoria em análise. Nesta tabela são demonstrados os “aspectos a serem avaliados” que receberam conceitos abaixo do nível desejado e as ações necessárias para que se possa atingir o conceito muito bom.

4.4.1.3 Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação

A “categoria de análise” atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação constitui-se dos seguintes “indicadores”: participação dos discentes nas atividades acadêmicas e atividades de natureza prática.

Após a tabulação dos dados referentes aos “indicadores” citados, obteve-se o conceito Bom.

4.4.2 Dimensão 2: Corpo Docente

A “dimensão” Corpo Docente recebeu o conceito “Condições Muito Boas”.

4.4.2.1 Formação acadêmica e profissional

A “categoria de análise” formação acadêmica e profissional é composta pelos seguintes “indicadores”: titulação, experiência profissional e adequação da formação.

Após a tabulação dos dados referentes aos três “indicadores” citados, obteve-se o conceito Bom.

4.4.2.2 Condições de trabalho

A “categoria de análise” condições de trabalho constitui-se dos seguintes “indicadores”: regime de trabalho, plano de carreira, estímulos (ou incentivos)

profissionais, dedicação ao curso, relação alunos/docentes e relação disciplinas/docentes.

Após a tabulação dos dados referentes aos “indicadores” citados, obteve-se o conceito Regular.

A seguir, serão identificados os “indicadores” que receberam conceito “muito fraco” ou “fraco” para que se possa sugerir ações de melhoria passíveis de adoção pelo departamento do curso.

Indicador	Aspecto a ser avaliado	Conceito Obtido	Ações de melhoria	Conceito Obtido após aplicação da ação de melhoria
Plano de carreira	Existência de um sistema permanente de avaliação dos docentes	MF	Construir e regulamentar um sistema permanente de avaliação dos docentes	MB
Estímulos ou incentivos profissionais	Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural	MF	Criar um programa de incentivo à pesquisa, com concessão bolsas de pesquisa, mediante apresentação e aprovação dos projetos de pesquisa apresentados pelos docentes.	MB
Estímulos ou incentivos profissionais	Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes	MF	Solicitar a órgãos competentes da UFSC o oferecimento de cursos de atualização pedagógica	MB
Relação disciplina docente	Proximidade temática das disciplinas	F	Fazer um levantamento das temáticas das disciplinas e agrupá-las; O chefe departamental deverá sugerir que cada professor assuma 2 disciplinas do mesmo grupo temático.	MB

Figura 12: Ações de melhoria para a “categoria de análise” Condições de Trabalho

Fonte: autora

A Figura 12 possibilita uma visualização dos pontos críticos da categoria em análise. Nesta tabela são demonstrados os “aspectos a serem avaliados” que receberam conceitos abaixo do nível desejado e as ações necessárias para que se possa atingir o conceito muito bom.

4.4.2.3 Atuação e desempenho acadêmico e profissional

A “categoria de análise” *atuação e desempenho acadêmico e profissional* abrange os seguintes “indicadores”: publicações; produções intelectuais, técnicas, pedagógicas, artísticas e culturais; atividades relacionadas com o ensino de graduação; e atuação nas atividades acadêmicas.

Após a tabulação dos dados referentes aos “indicadores” citados, obteve-se o conceito Regular.

4.4.3 Dimensão 3: Instalações

A “dimensão” Instalações recebeu conceito “Condições Insuficientes”.

4.4.3.1 Instalações gerais

A “categoria de análise” instalações gerais é composta pelos seguintes “indicadores”: espaço físico; equipamentos e serviços.

Após a tabulação dos dados referentes aos “indicadores” citados, obteve-se o conceito Regular.

Para que esta categoria possa elevar o seu conceito serão necessários investimentos para que as instalações atendam aos seguintes requisitos:

- Espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade;
- Isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário;
- Luminosidade natural e/ou artificial;
- Ventilação adequada às necessidades climáticas locais ou equipamentos, se necessário;
- Mobiliário e aparelhagem específica, adequado e suficiente;
- Áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

4.4.3.2 Biblioteca

A “categoria de análise” biblioteca é constituída pelos seguintes “indicadores”: espaço físico; acervo; e serviços.

Após a tabulação dos dados referentes aos “indicadores” citados, obteve-se o conceito Regular.

A seguir, serão identificados os “indicadores” que receberam conceito “muito fraco” ou “fraco” para que se possa sugerir ações de melhoria passíveis de adoção pelo departamento do curso.

Indicador	Aspecto a ser avaliado	Conceito Obtido	Ações de melhoria	Conceito Obtido após aplicação da ação de melhoria
Acervo	Livros	MF	Solicitar auxílio junto aos órgãos de classe, por exemplo CRC, para aquisição	MB
	Periódicos	MF	Solicitar auxílio junto aos órgãos de classe, por exemplo CRC, para aquisição	MB
	Multimídia	MF	Oferecer recursos de multimídia e equipamentos necessários para sua utilização adequados à proposta do curso	MB
	Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	MF	Criar parcerias com o departamento de Letras	MB

Figura 13: Ações de melhoria para a “categoria de análise” Biblioteca
Fonte: autora

A Figura 13 possibilita uma visualização dos pontos críticos da categoria em análise. Nesta tabela são demonstrados os “aspectos a serem avaliados” que receberam conceitos abaixo do nível desejado e as ações necessárias para que se possa atingir o conceito muito bom.

4.4.3.3 Instalações e laboratórios específicos

A “categoria de análise” instalações e laboratórios específicos compõe-se dos seguintes “indicadores”: laboratório de informática; e laboratório de prática contábil.

Após a tabulação dos dados referentes aos “indicadores” citados, obteve-se o conceito Muito Fraco.

Para que esta categoria possa elevar o seu conceito serão necessários investimentos para que as instalações atendam aos seguintes requisitos:

- Espaço físico adequado ao número de usuários e equipamentos;
- Equipamentos em número adequado às atividades;
- Equipamentos adequados à proposta do curso;
- Materiais de consumo em quantidade suficiente para atender ao número de alunos
- Sistemática de manutenção, atualização/reposição de equipamentos;
- Softwares adequados ao curso;
- Técnicos e auxiliares de apoio em número suficiente e com formação adequada;
- Horário de funcionamento compatível com as atividades do curso;
- Acesso aos alunos para utilização do laboratório em atividade extraclasse;
- Acesso a Internet e uso em rede;
- Luminosidade natural e/ou artificial;
- Ventilação adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário;
- Áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

4.5 Resultado esperado após implementação das ações recomendadas

Depois de localizados os pontos frágeis do curso e identificados as alternativas de melhorias que deverão ser implementadas para elevar o conceito do curso, apresenta-se novo gráfico para visualização do conceito obtido em cada indicador, após a implantação dessas ações de melhoria.

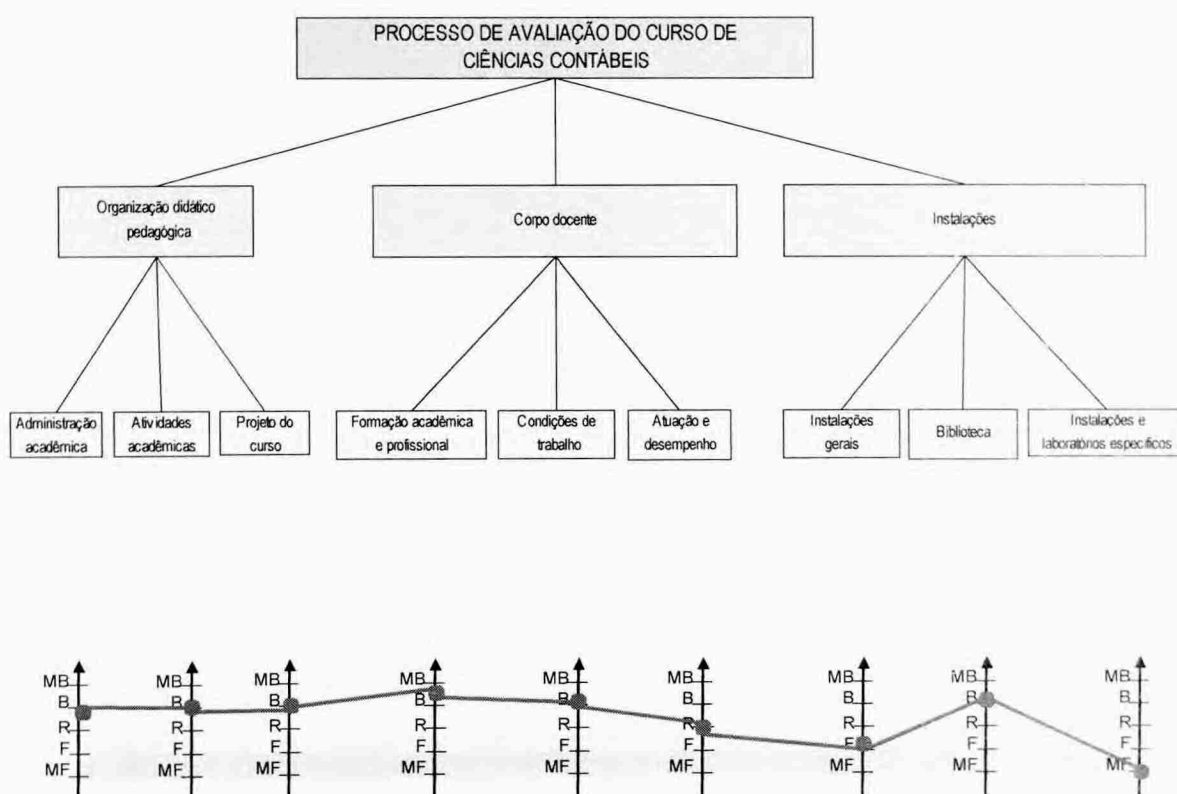


Figura 14: Perfil de desempenho do CCN da UFSC, no caso de implementar as ações de melhorias sugeridas

Analisando a Figura 14, observa-se que as ações de melhoria, uma vez implementadas, provocam um impacto positivo no conceito geral do curso.

De acordo com a figura, constata-se uma evolução no conceito dos "indicadores" Administração Acadêmica, Projeto do Curso, e Condições de Trabalho,

o que provocou a alteração do conceito Regular para o Conceito Bom. O “indicador” Instalações gerais aumentou seu conceito de “Fraco” para “Regular” e, por fim, o “indicador” biblioteca elevou seu conceito de “Fraco” para “Bom”.

A implementação das ações de melhoria cria condições para aprimorar a qualidade de ensino ofertada pelo Curso de Ciências Contábeis da UFSC.

Neste contexto, espera-se que esta monografia tenha atingido seus propósitos. Esta suposição é justificada pela Figura 6, uma vez que aquele perfil se constitui em um instrumento de autoconhecimento, bem como pela seção 4.4.1 que apresenta/sugere ações de melhoria para o CCN, contribuindo assim para um processo contínuo e de busca por caminhos que orientem a instituição no cumprimento de sua missão.

4.6 Cotejamento da fundamentação teórica com o resultado da ACE do CCN

Nesta seção serão resgatados alguns conceitos sobre a avaliação institucional, vistos na fundamentação teórica deste trabalho, a fim de justificar a aderência da avaliação realizada no Curso de Ciências Contábeis da UFSC.

Na seção 1.1, 13, definiu-se que:

A avaliação das instituições terá por objetivo identificar seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando a diversidade e as especificidades das diferentes organizações. Para isso, serão considerados a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; a responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de recursos humanos; organização e gestão; infra-estrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento ao estudante; e a sustentabilidade financeira da instituição.

A Figura 4 desta monografia, identificou o perfil do desempenho do CCN evidenciando os indicadores relevantes no instrumento ACE, bem como o impacto do CCN, em relação a esses indicadores, na UFSC.

Na seção 3.1, página 37, a seguinte afirmação foi feita:

A avaliação do ensino superior se constitui de uma ferramenta valiosa, utilizada para atender às necessárias mudanças da educação ofertada pelas universidades brasileiras, visando atingir a melhoria da qualidade e maior aproximação com a sociedade.

Após a análise do curso, através do instrumento ACE, pôde-se identificar em quais “aspectos a serem avaliados” o CCN apresentou um bom desempenho, configurando-se como pontos positivos, e em quais apresentou um desempenho não condizente com as expectativas, configurando-se como pontos negativos.

Dentre os pontos negativos, pode-se citar como exemplo o desempenho muito fraco no aspecto existência de apoio didático-pedagógico ou equivalente aos docentes. As ações “Ofertar cursos direcionados ao aprimoramento das habilidades didático-pedagógica dos docentes e; Prestar assessoria/acompanhamento aos docentes que participaram do curso” permitem aprimorar a qualidade de ensino ofertada.

Na seção 3.1, página 38, destacou-se a importância da avaliação enfatizando-se alguns motivos. A Figura 15 mostra um paralelo esclarecedor.

Avaliar é importante para impulsionar um processo criativo de autocrítica.	Figura 4
Avaliar é importante para conhecer como se realizam e se inter relacionam as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração.	
Avaliar é uma forma de restabelecer compromissos com sociedade.	Disponibilizando à sociedade e à sociedade e ciente de suas obrigações
Avaliar é importante para repensar objetivos, modos de atuação e resultados.	Todo o processo avaliativo
Avaliar é estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas.	Figuras 10, 11, 12 e 13
Avaliar é necessário para poder planejar.	
Avaliar é necessário para evoluir	

Avaliar é importante para estabelecer valores.	
--	--

Figura 15: Aspectos pontuados na avaliação

Dando prosseguimento aos comentários de Ristoff, constata-se que esta simulação identificou as vulnerabilidades do curso. Destaca-se como ponto crítico a “dimensão” Instalações, que recebeu o conceito “muito fraco”.

A ACE também ressaltou a inter-relação existente entre o ensino de graduação e as demais dimensões de avaliação, captando a interferência e a contribuição das atividades administrativas, de pesquisa e de extensão universitárias no desenvolvimento do ensino de graduação. Esta inter-relação é demonstrada na “categoria de análise” atuação e desempenho acadêmico.

Aceitando-se o pressuposto de que a universidade deve prestar o seu serviço à comunidade acadêmica sem estar alheia à sociedade, esta relação evidencia-se através do desenvolvimento de atividade de extensão e interações com as empresas.

Quanto ao planejamento, este pode ser reconhecido na ação de melhoria sugerida para a construção de um sistema de auto-avaliação “criação de uma coordenadoria de Avaliação Departamental que construa um instrumento de avaliação do CCN de acordo com suas especificidades, constituindo-se numa atividade contínua de avaliação e aperfeiçoamento”.

Já a evolução pode ser percebida através da realização de cursos, de matérias, de disciplinas, de treinamentos ou de capacitação envolvendo conteúdo didático-pedagógico. Este aspecto é avaliado no “indicador” adequação da formação e recebeu o conceito “muito bom”.

Diante do exposto, o colegiado do departamento do Curso de Ciências Contábeis da UFSC deverá estabelecer os valores da avaliação a serem priorizados, sejam eles de caráter didático-pedagógico, corpo docente, instalações ou outro.

4.7 Conclusão do Capítulo

Este capítulo teve como principal objetivo responder às três perguntas norteadoras desta monografia.

A questão (i) “Qual o conceito, que emerge da avaliação global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC, no período de 2004/2, segundo a simulação informada pelo instrumento ACE?” conforme demonstrado na Figura 6, teve como resposta um total de 53 pontos, traduzidos como “Condições Regulares”.

A questão (ii) “Diante do diagnóstico resultante da avaliação global do curso, quais aspectos caracterizam-se como pontos fortes do curso e quais merecem atenção a fim de melhorar o seu desempenho?”, foi respondida na Figura 4, na qual foram elencados os “aspectos a serem avaliados” que receberam os conceitos “Muito Bom” ou “Muito Fraco”.

Por fim, na seção 4.4.1, foram apresentadas as ações de melhorias sugeridas para o aperfeiçoamento do curso, assim respondendo à questão (iii) :“Quais ações de aperfeiçoamento poderiam ser sugeridas para melhorar o desempenho global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC?”.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O objetivo geral desta pesquisa foi realizar uma pré-avaliação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina no período 2004/2, através do instrumento Avaliação das Condições de Ensino. Este processo envolveu a chefia departamental, a coordenação do curso, o corpo docente do curso, corpo discente do curso e corpo técnico-administrativo do curso, por meio da aplicação de questionários.

A sistemática de avaliação do Curso de Ciências Contábeis, apresentada nesta monografia, constitui-se em um dos instrumentos de avaliação desenvolvido pelo Ministério da Educação, sob responsabilidade do INEP.

Quanto ao alcance dos objetivos específicos argumenta-se que:

O objetivo específico (1) "Realizar a pesquisa bibliográfica para informar a base conceitual do estudo" pode ser verificado no capítulo II, o qual apresenta uma contextualização histórica da avaliação institucional no país.

O objetivo específico (2) "Descrever o instrumento Avaliação das Condições de Ensino, bem como seu processo de execução", foi atingido no capítulo III, reservado para a descrição da Avaliação das Condições de Ensino.

Para atender aos objetivos seguintes, (3) "Apresentar e contextualizar o Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina"; e, (4) "Analisar e interpretar a contribuição gerada por este estudo" foi realizado o estudo de caso, constante no capítulo IV.

Sendo assim, acredita-se que os objetivos geral e específicos tenham sido atingidos, podendo-se, então, responder às três perguntas norteadoras desta monografia, quais sejam:

(i) “Qual o diagnóstico que emerge da avaliação global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC, no período de 2004/2, segundo a simulação informada pelo instrumento ACE?” (esta pergunta acredita-se ter sido respondida na seção 4.4).

(ii), “Diante do diagnóstico resultante da avaliação global do curso, quais aspectos caracterizam-se como pontos fortes do curso e quais merecem atenção a fim de melhorar o seu conceito?” (esta pergunta acredita-se ter sido respondida na Figura 4).

(iii) “Quais ações de aperfeiçoamento poderiam ser sugeridas para melhorar o conceito global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC?” (espera-se ter respondido a esta questão na seção 4.4.1. Nesta foram ressaltados os aspectos que receberam o conceito “Muito Fraco” ou “Fraco” para, então, se identificar e sugerir ações que poderiam vir a aperfeiçoar o curso).

Em 2004, o Curso de Ciências Contábeis da UFSC foi avaliado pelo Exame Nacional de Cursos recebendo conceito “A” pelo terceiro ano consecutivo. Ao confrontar o resultado da avaliação do ENC com o conceito “Regular” obtido pela avaliação da ACE, verifica-se que a divergência entre ambos conceitos demonstra que a sociedade (baseada na avaliação do ENC) percebe o curso de uma forma diferente da percepção da comunidade acadêmica (baseada na avaliação da ACE).

Ainda em relação a resultado final, a autora gostaria de expressar alguns sentimentos sobre os conceitos que “parecem” contraditórios. O currículo do Curso de Ciências Contábeis da UFSC é utilizado como referência para outros cursos de graduação em Ciências Contábeis do estado de Santa Catarina, ainda assim, o “indicador” Currículo recebeu o conceito “Regular”. Em relação ao corpo docente do curso, verificou-se que os “aspectos avaliados” para emissão do conceito do

“indicador” Participação dos Discentes em Atividades Acadêmicas necessitam da atuação direta do corpo docente. A contradição encontra-se no fato deste indicador ter recebido o conceito “Regular” enquanto que a “dimensão” Corpo Docente recebeu o conceito “Bom”, destacando-se os seguintes “indicadores” que receberam o conceito “Muito Bom” e que estão associados ao “indicador” em referência: titulação, regime de trabalho, relação aluno/docentes e dedicação ao curso. Por fim, a “categoria de análise” biblioteca recebeu o conceito “regular”. Acredita-se que tal conceito foi obtido em virtude da falta de interesse do discente em buscar a informação e do docente que ao fornecer aos seus alunos apostilas, acabam por desestimular a busca por outras fontes de referências. Em relação ao seu acervo, cumpre observar que a UFSC possui um sistema on-line , cujo acervo disponível é considerado completo.

Esta monografia pretendeu realizar uma pré-avaliação global do Curso de Ciências Contábeis da UFSC, avaliando todos os elementos que compõem a vida universitária (segundo a percepção do MEC). Com base no diagnóstico feito, procurou-se apresentar recomendações por meio de ações que viessem a promover o fortalecimento da qualidade de ensino do curso ofertado. Outro comentário que parece ser relevante, e constitui-se como motivação e justificativa do estudo, diz respeito ao oferecimento de informações e subsídios ao colegiado do Curso de Ciências Contábeis da UFSC, no sentido de identificar qual o seu desempenho frente à percepção do Ministério da Educação por meio do instrumento ACE.

Como sugestão, sugere-se que se faça um acompanhamento interno (similar a este), com este mesmo instrumento, da evolução do curso, independente de as ações sugeridas terem sido implementadas.

Observando a Figura 4, pode-se identificar em quais pontos o curso apresenta mais deficiência, exigindo ações urgentes para melhorar sua performance. Sugere-se que as ações citadas sejam implementadas, pois a execução de ações visando melhorias no curso deverá proporcionar acréscimos significativos na pontuação do curso diante do modelo de avaliação.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1991.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MELO, A. M. **Metodologia Científica**: um enfoque sobre a estrutura da pesquisa contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n.118, p.42-52, jul/ago. 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual de avaliação do Curso de Ciências Contábeis**. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Gestão 1995-2002**. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema nacional de avaliação da educação superior**: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. Brasília, 2003.

MONTEIRO, C.; RYON, B. **O mercado da educação superior no Brasil**. *Revista Aprender Virtual*. São Paulo: 2003 p. 12-23, maio/jun, 2003.

OSTROSKI, S. E. D. **Programa de avaliação institucional da UFSC: a visão de seus executores**. Florianópolis, 2001. 94 p. Dissertação (Mestrado em Administração).

RIBEIRO, C. M. et al. **Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás**. 2000.

RISTOFF, D.I. **Avaliação institucional: pensando princípios. Avaliação Institucional**: teorias e experiências. São Paulo: Cortez, 1995

SANTOS, N. M. dos. **A avaliação institucional no ensino de graduação da UNOESC campus de São Miguel do Oeste – Um canal de comunicação com a comunidade acadêmica**. Florianópolis, 2000. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Políticas e Gestão Institucional.

SILVA, A. T. da. **Avaliação de um Curso de Ciências Contábeis através da abordagem multicritérios em apoio à decisão**. Florianópolis, 1998. 288 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia).

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. **Avaliação institucional da universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.

BARCELLOS, E. S. **A experiência da avaliação como prática de vida**. Contexto & educação. *Da prática à teoria*. Ijuí: 1987. ano 2 n.7 p. 25-32, jul/set. 1987.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade – teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> acesso em 27 jan. 2004.

BUARQUE, C. Qualidade da qualidade. In: Educação brasileira, n.20, Brasília/CRUB. 1988, p.121-129.

COSTA, A. B. **A reforma do ensino superior: um projeto de hegemonia**. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br>> Acesso em 12 nov. 2004.

DIAS, J. S.; RISTOFF, D. I. **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

ENSSLIN, S; MAÇANEIRO, F; IGARASHI, D. **Avaliação do Curso de Ciências Contábeis da UFSC no período de 2004/2 - via Avaliação das Condições de Ensino (ACE)**. 4º SEPEX. UFSC, 2004

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. SÃO Paulo: Atlas, 2002.

Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Educacionais. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> acesso em 27 jan. 2004.

KEENEY, R.L. **Value – Focused Thinking: A path to creative decision-making**. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Avaliação Institucional da UFSC: o projeto.** Florianópolis, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **30 anos de história.** Florianópolis, 1992.

Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.ufsc.br>> acesso em 12 nov. 2004.

APÊNDICE 1 – Questionário Docente

Prezados Colegas do Departamento de Ciências Contábeis

De acordo com o Ministério da Educação, entre os anos de 1995 e 2001 os cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior cresceram 118%.

Para evitar que essa expansão acelerada do sistema de ensino ocorresse em detrimento da qualidade, foi criado, em 1995, um sistema de avaliação da educação brasileira, pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão vinculado ao Ministério de Educação (MEC). De acordo com o INEP¹⁴, o Sistema de Educação Superior é composto por quatro instrumentos de avaliação, a saber: Exame Nacional de Cursos; Avaliação das Condições de Ensino; Avaliação Institucional; e o Censo de Educação Superior.

Por ser recente, esse sistema ainda não abrange todos os cursos e instituições. Nem foi aplicado a todos os cursos. Neste contexto, insere-se o Curso de Ciências Contábeis da UFSC que ainda não foi submetido a avaliação pelo instrumento “Avaliação das Condições de Ensino”, o que se acredita que vá acontecer no ano de 2005.

Impulsionada por esta realidade e pela intenção de contribuir para a melhoria do curso de ciências contábeis, a acadêmica Fabiana Maçaneiro propôs-se realizar a referida avaliação, formalizando tal fato por meio de seu trabalho de conclusão de curso. O instrumento a ser utilizado será o Manual de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis, de autoria do INEP (órgão responsável por tal avaliação).

O objetivo do estudo em tela, consiste, numa primeira instância, na avaliação das condições de ensino do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 2004/2. Numa segunda instância, será feita a análise da etapa anterior, objetivando-se a identificação dos aspectos configurados como potencialidades do Curso de Ciências Contábeis da UFSC bem como eventuais deficiências que merecem maior concentração de esforços na sua superação, a fim de atender as exigências do MEC. Desta forma, o trabalho pretende contribuir para a melhoria do nível do curso de Ciências Contábeis da UFSC e prepará-lo para um bom desempenho por ocasião de sua avaliação oficial.

Sendo assim, venho pelo presente solicitar sua contribuição no sentido de responder ao questionário em anexo, parte integrante do trabalho da acadêmica mencionada.

Certa de sua colaboração, apresento-lhe minhas

Cordiais saudações,

Profa. Sandra Rolim Ensslin.
Orientadora

Marque a alternativa que você considera que melhor responde a preocupação formulada:

¹⁴ Disponível em <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em 07 dez. 2003.

1 Pessoal técnico e administrativo (número e qualificação do pessoal que executa serviços das secretarias e dos demais setores de suporte acadêmico) 1(1)

- () O pessoal técnico e administrativo é suficiente, a sua formação é adequada e os serviços de secretaria e de suporte acadêmico funcionam com eficiência.
- () Existe pessoal técnico e administrativo em número suficiente, mas a formação para o desempenho das funções é inadequada e os serviços são executados com eficiência apenas razoável; ou quando o pessoal técnico e administrativo existente é insuficiente e, embora a sua formação seja adequada, a eficiência dos serviços de secretaria e de suporte acadêmico é apenas razoável.
- () Não existe pessoal técnico e administrativo em número suficiente e com formação adequada para o desempenho das funções e os serviços de secretaria e de suporte acadêmico funcionam com pouca eficiência.

2 Organização do controle acadêmico (como é registrada a vida escolar e feito o atendimento aos alunos – fluxo curricular, matrículas, trancamentos, freqüências, notas, aprovação/reprovação, etc. – e aos docentes do curso, o acompanhamento do projeto do curso, o planejamento pedagógico, etc., ou seja, facilidades à disposição dos discentes para acesso às informações sobre sua vida acadêmica) 2(2)

- () O controle acadêmico realiza eficiente registro, controle e informações sobre a vida escolar dos alunos, os dados e informações são atualizados, em consonância com o projeto do curso e o planejamento pedagógico, e o atendimento aos alunos e professores é eficiente e realizado em horário adequado.
- () O controle acadêmico realiza eficiente registro, controle e informações sobre a vida escolar dos alunos, os dados e informações são atualizados e o atendimento aos alunos e professores é satisfatório e realizado em horário adequado. adequada, a eficiência dos serviços de secretaria e de suporte acadêmico é apenas razoável.
- () O controle acadêmico realiza eficiente registro, controle e informações sobre a vida escolar dos alunos, os dados e informações são atualizados e o atendimento aos alunos é satisfatório.
- () O controle acadêmico realiza registro, controle e informações sobre a vida escolar dos alunos, mas nem todos os dados e informações são atualizados e o atendimento aos alunos é apenas razoável.
- () O controle acadêmico se limita ao registro da vida escolar dos alunos, os dados e informações não são atualizados e o atendimento aos alunos é precário (horário inadequado, demora para entrega de documentos, etc.).

3 Atuação do coordenador do curso 3(8)

- () Existem atribuições formalmente definidas sobre a função de coordenador e a sua atuação atende plenamente às demandas dos alunos e professores e o curso é bem conduzido.
- () A atuação do coordenador atende apenas parcialmente às demandas dos alunos e professores e à condução do curso.
- () A atuação do coordenador não evidencia uma linha de ação coerente e sistemática.

4 Existência de apoio didático pedagógico ou equivalente aos docentes 4(10)

- () Existe assessoria didático-pedagógica ou qualquer outro serviço que preste assistência aos professores na condução do seu trabalho acadêmico.
- () Não existe qualquer tipo de apoio aos professores na condução do seu trabalho acadêmico.

5 Participação do coordenador e dos docentes em colegiado de curso ou equivalente 5(11)

- () Existe um colegiado de curso ou equivalente e quando o coordenador e os docentes do curso se reúnem regular e sistematicamente para tratar de assuntos pertinentes ao curso.

- () O coordenador e os docentes se reúnem apenas eventualmente para tratar de assuntos pertinentes ao curso.
- () O coordenador e os docentes não se reúnem para tratar de assuntos pertinentes ao curso.

6 Apoio à participação em eventos (ações para participação dos discentes em eventos como congressos, encontros, seminários). 6(12)

- () Existem uma política e ações regulares de apoio à participação do aluno em eventos.
- () Existem ações isoladas ou eventuais de apoio à participação do aluno em eventos.
- () Não existem ações de apoio à participação do aluno em eventos.

7 Apoio pedagógico ao discente (orientação acadêmica no que diz respeito à sua vida escolar e à sua aprendizagem) 7(13)

- () Existe uma política e disponibilidade docente para atividades regulares de orientação acadêmica aos discentes.
- () Existem ações individuais e isoladas, por parte de alguns docentes, de orientação acadêmica aos discentes.
- () Não existem ações de orientação acadêmica aos discentes.

8 Mecanismos de nivelamento (ações voltadas para a recuperação das deficiências de formação do ingressante). 8(14)

- () Existem política e ações sistemáticas voltadas para a recuperação das deficiências de formação do ingressante ou quando o curso recebe ingressantes com nível de formação adequado e apresenta um bom fluxo acadêmico.
- () Existem ações eventuais ou esporádicas voltadas para a recuperação das deficiências de formação do ingressante.
- () Não existem ações voltadas para a recuperação das deficiências de formação do ingressante.

9 Bolsas de trabalho ou de administração (remuneração mensal conferida ao aluno de curso superior, para que o mesmo exerça uma atividade remunerada, na própria IES ou em outras instituições/ empresas públicas ou privadas, desde que esteja relacionada com o seu curso) 9(18)

- () Existem política e comprovação da concessão regular de bolsas de trabalho (ou administração) para os alunos do curso, nos últimos três anos.
- () Existe comprovação da concessão limitada ou eventual de bolsas de trabalho (ou administração) para os alunos do curso.
- () Não existe comprovação da concessão de bolsas de trabalho (ou administração) para os alunos do curso.

10 Participação dos alunos em programas/projetos/atividades ou em práticas de investigação 10(19)

- () Existe comprovação da participação permanente de alunos em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação, nos últimos três anos.
- () Existe participação eventual de alunos em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação.
- () Não existem ações de apoio e não foi possível identificar a participação de alunos em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação.

11 Participação dos alunos em atividades de extensão 11(20)

- () Existe comprovação da participação permanente de alunos em programas/projetos de extensão, nos últimos três anos.
- () Existe participação eventual de alunos em programas/projetos de extensão.
- () Não existe participação de alunos em programas/projetos de extensão.

12 Incentivo à participação dos alunos em atividades extracurriculares 12(21)

- ☐ () Existe comprovação da participação permanente de alunos em atividades extracurriculares, nos últimos três anos.
- ☐ () Existe participação eventual de alunos em atividades extracurriculares.
- ☐ () Não existe participação de alunos em atividades extracurriculares.

13 Adequação de atividade de natureza prática ao projeto do curso 13(24)

- ☐ () Existe adequação de atividade de natureza prática ao projeto do curso.
- ☐ () Existe adequação parcial de atividade de natureza prática ao projeto do curso.
- ☐ () Não existe adequação de atividade de natureza prática ao projeto do curso.

14 Existe relação aluno/professor na orientação de atividade de natureza prática: jogos de empresa, laboratório contábil, estudo de caso, estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso 14(25)

- ☐ () Sim. Quantos _____ (número de alunos)
- ☐ () Não

15 Objetivos do curso 15(26)

- ☐ () Os objetivos gerais e específicos do curso atendem aos seguintes critérios: clareza, abrangência, possibilidade de geração de metas e compatibilidade com a concepção filosófica do curso.
- ☐ () Os objetivos gerais e específicos do curso atendem de modo parcial aos seguintes critérios: clareza, abrangência, possibilidade de geração de metas.
- ☐ () Os objetivos gerais e específicos do curso não atendem aos seguintes critérios: clareza, abrangência, possibilidade de geração de metas.

16 Inter-relação das disciplinas na concepção e execução do currículo 16(32)

- ☐ () Existe efetiva inter-relação das disciplinas, quer no projeto do curso quer na execução do currículo.
- ☐ () Existe inter-relação parcial das disciplinas, quer no projeto do curso quer na execução do currículo.
- ☐ () Não existe boa inter-relação das disciplinas, quer no projeto do curso quer na execução do currículo.

17 Dimensionamento da carga horária das disciplinas 17(33)

- ☐ () A carga horária das disciplinas é coerente com os objetivos do curso, com o perfil profissional, com o conteúdo do conjunto das disciplinas e com a metodologia de ensino.
- ☐ () A carga horária das disciplinas é parcialmente coerente com os objetivos do curso, com o perfil profissional, com o conteúdo do conjunto das disciplinas e com a metodologia de ensino.
- ☐ () A carga horária das disciplinas não é coerente com os objetivos do curso, com o perfil profissional, com o conteúdo do conjunto das disciplinas e com a metodologia de ensino.

18 Procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem (provas, trabalhos, etc.) 18(37)

- ☐ () A prática da avaliação é condizente com a proposta de avaliação do projeto do curso e os resultados são usados sistematicamente para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.
- ☐ () A prática da avaliação é condizente com a proposta de avaliação do projeto do curso, mas os resultados não são usados para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.
- ☐ () A prática da avaliação não é condizente com a proposta de avaliação do projeto do curso.

19 Existência de um sistema de auto-avaliação do curso 19(38)

() Existe um projeto de auto-avaliação do curso que se consolida num sistema funcionando regularmente e existe comprovação de que os seus resultados vêm sendo aplicados para aperfeiçoamento do curso, nos últimos três anos.

() Existe um sistema de auto-avaliação do curso que funciona de forma eventual e alguns dos seus resultados são usados para a melhoria do curso.

() Não existe um sistema de auto-avaliação do curso ou quando existe, mas os seus resultados não são aplicados para a melhoria do curso.

20 Tempo de magistério superior 20(39)

() Têm mais de dez anos de experiência no magistério superior.

() Têm mais de cinco até dez anos de experiência no magistério superior.

() Têm até cinco anos de experiência no magistério superior.

21 Tempo de exercício profissional fora do magistério 21(40)

() Têm dez anos ou mais de experiência profissional, fora do magistério, na área de formação.

() Têm menos de dez anos de experiência profissional, fora do magistério, na área de formação.

22 Especialização 22(43)

() Docentes com especialização na área (contabilidade)

() Docentes com especialização em outras áreas

23 Mestrado 23(44)

() Docentes com mestrado na área (contabilidade)

() Docentes com especialização em outras áreas

24 Doutorado 24(45)

() Docentes com doutorado na área (contabilidade)

() Docentes com doutorado em outras áreas

25 Tempo de dedicação 25(46)

() Docentes em tempo integral

() Docentes em tempo parcial

() Docentes horistas

26 Ações de capacitação 26(52)

() A política de capacitação de docentes está claramente definida, regulamentada e efetivamente praticada, nos últimos três anos.

() Existem ações eventuais de capacitação de docentes.

() Não existem ações de capacitação de docentes.

27 Critérios de admissão e de progressão na carreira 27(53)

() Os critérios de admissão e de progressão na carreira docente estão claramente definidos, regulamentados e efetivamente praticados, nos últimos três anos.

() Os critérios de admissão e de progressão na carreira docente estão parcialmente implantados.

() Os critérios de admissão e de progressão na carreira docente não estão implantados.

28 Existência de um sistema permanente de avaliação dos docentes 28(54)

() O sistema permanente de avaliação dos docentes está claramente definido, regulamentado e efetivamente aplicado, nos últimos três anos.

() O sistema de avaliação dos docentes está parcialmente implantado.

() Não existe um sistema de avaliação dos docentes.

29 Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural 29(55)

- ☐ Existem suporte técnico e mecanismos institucionais regulares de apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural dos docentes.
- ☐ Existe algum suporte técnico, mas não existem mecanismos institucionais regulares de apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural dos docentes.
- ☐ Não existem suporte técnico e mecanismos institucionais de apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural dos docentes.

30 Apoio à participação em eventos 30(56)

- ☐ Existem mecanismos institucionais regulares de apoio à participação dos docentes em eventos.
- ☐ Existe apoio eventual à participação dos docentes em eventos.
- ☐ Não existem mecanismos institucionais de apoio à participação dos docentes em eventos.

31 Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes 31(57)

- ☐ Existem e funcionam, de forma sistemática, programas, projetos ou atividades de estímulo à formação/atualização pedagógica dos docentes.
- ☐ Existem programas, projetos ou atividades de estímulo à formação/atualização pedagógica dos docentes, mas funcionam apenas eventualmente.
- ☐ Não existem programas, projetos ou atividades de estímulo à formação/atualização pedagógica dos docentes.

32 Há quanto tempo exerce docência neste curso 32(59)

_____ anos e _____ meses

33 Qual o número de disciplinas que estão sendo ministradas pelo docente na graduação neste período 33(61)

_____ disciplinas

34 Existe proximidade temática das disciplinas lecionadas pelo docente (disciplinas que integram a mesma matéria) 34(62)

- ☐ Sim
- ☐ Não

35 Publicações no ano de 2004 (pode ser assinalada mais uma resposta) 35(63)

- ☐ Artigos publicados em periódicos científicos
- ☐ Livros ou capítulos de livros publicados
- ☐ Trabalhos publicados em anais (completos ou resumos)
- ☐ Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados
- ☐ Propriedade intelectual depositada ou registrada
- ☐ Projetos e / ou produções técnicas, artísticas e culturais
- ☐ Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não

36 Docentes com orientação didática de alunos (OD) (pode ser assinalada mais uma resposta) 36(70)

- ☐ Atendimento aos alunos, fora do horário das aulas, para esclarecer dúvidas
- ☐ Atendimento aos alunos, fora do horário das aulas, para orientar trabalhos individuais
- ☐ Atendimento aos alunos, fora do horário das aulas, para orientar trabalhos individuais de grupos

37 Docente orienta quais das atividades de natureza prática (pode ser assinalada mais uma resposta) 37(71)

- ☐ Jogos de empresa
- ☐ Laboratório contábil

- ☐ Estudos de caso
- ☐ Estágio supervisionado
- ☐ Trabalho de conclusão de curso

38 Docente orienta os bolsistas nos seguintes eventos (pode ser assinalada mais uma resposta) 38(72)

- ☐ Iniciação científica
- ☐ Monitoria
- ☐ Atividade de extensão
- ☐ Outros tipos de bolsa _____
- ☐ Alunos voluntários, mas que têm compromisso formal com o professor e tempo disponível sistematicamente para a realização de atividades

39 Docentes atuou ou esta atuando na pós-graduação (PG) este ano (para Universidades e Centros Universitários) 39(74)

- ☐ Sim
- ☐ Não

40 Docentes atuou ou está atuando com pesquisa ou em outras atividades de produção do conhecimento durante este ano 40(75)

- ☐ Sim. Quais? _____
- ☐ Não

41 Docentes atuou ou está atuando com atividades de extensão neste ano (EX) 41(76)

- ☐ Sim
- ☐ Não

42 Em relação às Salas de aula, você considera: (pode ser assinalada mais uma resposta) 42(77)

- ☐ Espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade.
- ☐ Acústica – isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário.
- ☐ Iluminação adequada (natural e/ou artificial)
- ☐ Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário.
- ☐ Mobiliário e aparelhagem específica – adequado e suficiente.
- ☐ Limpeza – áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, depósitos de lixo em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, nas cantinas, no restaurante, na biblioteca, nas salas de estudo, etc., instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

43 Em relação a Auditório/sala de conferência você considera: (pode ser assinalada mais uma resposta) 43(79)

- ☐ Espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade.
- ☐ Acústica – isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário.
- ☐ Iluminação adequada (natural e/ou artificial)
- ☐ Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário.
- ☐ Mobiliário e aparelhagem específica – adequado e suficiente.
- ☐ Limpeza – áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, depósitos de lixo em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, nas cantinas, no restaurante, na biblioteca, nas salas de estudo, etc., instalações

sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

44 Em relação às instalações para docentes – salas de professores, salas de reuniões e gabinetes de trabalho, você considera: (pode ser assinalada mais uma resposta) 44(80)

- ☐ Espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade.
- ☐ Acústica – isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário.
- ☐ Iluminação adequada (natural e/ou artificial)
- ☐ Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário.
- ☐ Mobiliário e aparelhagem específica – adequado e suficiente.
- ☐ Limpeza – áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, depósitos de lixo em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, nas cantinas, no restaurante, na biblioteca, nas salas de estudo, etc., instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

45 Em relação as instalações sanitárias – adequação e limpeza, você considera: (pode ser assinalada mais uma resposta) 45(82)

- ☐ Espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade.
- ☐ Iluminação adequada (natural e/ou artificial)
- ☐ Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário.
- ☐ Limpeza – áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, depósitos de lixo em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, nas cantinas, no restaurante, na biblioteca, nas salas de estudo, etc., instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

46 Em relação as condições de acesso para portadores de necessidades especiais você considera: 46(83)

- ☐ Atendem satisfatoriamente a todas as condições. (rampas com inclinações adequadas ou elevadores com espaços suficientes para cadeira de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais em estacionamento)
- ☐ Atendem parcialmente à maioria das condições. (rampas com inclinações adequadas ou elevadores com espaços suficientes para cadeira de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais em estacionamento)
- ☐ Não atendem ou atendem precariamente à maioria das condições. (rampas com inclinações adequadas ou elevadores com espaços suficientes para cadeira de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais em estacionamento)

47 Docentes tem acesso a equipamentos de informática 47(86)

- ☐ Sim
- ☐ Não

48 Recursos audiovisuais e multimídia 48(88)

- ☐ Existem recursos audiovisuais, incluindo multimídia, em quantidade suficiente para atender às necessidades de professores e alunos, disponíveis mediante agendamento.
- ☐ Existem recursos audiovisuais em quantidade insuficiente para atender às necessidades de professores e alunos.
- ☐ Não existem recursos audiovisuais

49 Existência de rede de comunicação científica (Internet) 49(89)

- () Existe rede de comunicação científica (Internet) e número de computadores que possibilite fácil acesso aos professores e alunos.
- () Existe rede de comunicação científica (Internet), mas o acesso, pelos professores e alunos, é restrito.
- () Existe rede de comunicação científica (Internet).

50 Manutenção e conservação das instalações físicas (qualidade do serviço) 50(90)

- () O estado de manutenção e de conservação das instalações físicas mostra-se adequado.
- () O estado de manutenção e de conservação das instalações físicas mostra-se apenas razoável.
- () O estado de manutenção e de conservação das instalações físicas mostra-se precário.

51 Manutenção e conservação dos equipamentos (qualidade do serviço) 51(91)

- () Existe plano de expansão e de atualização de equipamentos, com mecanismos regulares de reparo e de aquisições, e o estado de manutenção e de conservação da maioria dos equipamentos mostra-se adequado.
- () Existe plano de expansão e de atualização de equipamentos, mas o estado de manutenção e de conservação da maioria dos equipamentos mostra-se apenas razoável.
- () Não existe plano de expansão e de atualização de equipamentos e o estado de manutenção e de conservação dos equipamentos mostra-se precário.

52 Instalações para o acervo - biblioteca (espaços, mobiliário e equipamentos, manutenção da umidade correta, antimofo, etc.) (pode ser assinalada mais uma resposta) 52(92)

- () Existência de armazenagem satisfatória, incluindo: iluminação adequada, extintor de incêndio, sistema antifurto e sinalização bem distribuída e visível.
- () Acesso com rampas para portadores de necessidades especiais.
- () Funcionamento: existência de catálogos disponíveis para o público, independentemente de sua forma (informatizada, em fichas, etc.) permitindo consulta por, no mínimo, autor, título e assunto(s) atribuído(s) a cada documento. Para isso, o preparo deve ser feito mediante uso de instrumento padrão para tal descrição: Código de Catalogação AACR2 + um sistema padrão de classificação bibliográfica (CDD, CDU ou outro); todos os documentos estão preparados com etiqueta de lombada e disponíveis para empréstimo, segundo a política da instituição.

53 Livros - biblioteca (títulos e exemplares em número suficiente para a quantidade de alunos matriculados no curso e para a proposta pedagógica do curso) 53(95)

- () Atendem aos programas das disciplinas, há quantidade suficiente (na proporção de um exemplar para até 10 alunos matriculados no curso, para quaisquer dois títulos selecionados pelo docente da disciplina) e são atualizados.
- () Atendem parcialmente aos programas das disciplinas, a quantidade é razoável (na proporção de um exemplar para mais de 10 até 20 alunos matriculados no curso, para quaisquer dois títulos selecionados pelo docente da disciplina) e são parcialmente atualizados.
- () Não atendem aos programas das disciplinas, não há quantidade suficiente (na proporção de um exemplar para mais de 20 alunos matriculados no curso, para quaisquer dois títulos selecionados pelo docente da disciplina) e não são atualizados.

54 Periódicos - biblioteca (assinaturas em número suficiente para a proposta pedagógica do curso) 54(96)

- () Existem os títulos indispensáveis ao curso, mais títulos adicionais em áreas correlatas, com coleção completa referente pelo menos aos últimos três anos e evidência de continuidade da manutenção dos títulos considerados.
- () Existem, pelo menos, 50% dos títulos indispensáveis ao curso, mais títulos adicionais em áreas correlatas, com coleção completa referente pelo menos aos últimos três anos e evidência de continuidade da manutenção dos títulos considerados.

() A situação é inferior a 50% em qualquer dos itens (presença de títulos indispensáveis ao curso, mais títulos adicionais em áreas correlatas), independentemente do estado da coleção (completa ou incompleta) e evidência de descontinuidade da manutenção dos títulos.

55 Base de Dados - biblioteca (grande repositório, regularmente atualizado, de informações digitalizadas – citações, resumos, textos na íntegra, imagens, estatísticas, etc. – em um assunto particular ou em um campo específico, consistindo em registros de formato uniforme, organizados para pesquisa e busca rápida e fácil) 55(98)

() Existem bases de dados na biblioteca.

() Não existem bases de dados na biblioteca.

56 Multimídia - biblioteca (microfichas, slides, DVD, CD-ROM, fitas de vídeo, disquetes e respectivos equipamentos – títulos e quantidade em número suficiente para atender à proposta pedagógica do curso) 56(99)

() Existem, no acervo, recursos de multimídia (microfichas, slides, fitas de vídeos, DVD, CDROM, disquetes, etc.) e equipamentos necessários para sua utilização adequados à proposta do curso.

() Existem, no acervo, de forma precária, recursos de multimídia (microfichas, slides, fitas de vídeos, DVD, CD-ROM, disquetes, etc.) e equipamentos necessários para sua utilização.

() Não existem recursos de multimídia (microfichas, slides, fitas de vídeos, DVD, CD-ROM, disquetes, etc.) e equipamentos necessários para sua utilização.

57 Jornais e revistas - biblioteca 57(100)

() Existem mais de 3 assinaturas de jornais e 5 de revistas adequadas à proposta pedagógica do curso.

() Existem até 3 assinaturas de jornais e 5 de revistas adequadas à proposta pedagógica do curso.

() Não existem assinaturas de jornais e revistas adequadas à proposta pedagógica do curso.

58 Com relação ao e laboratório de informática, você considera: (pode ser assinalada mais uma resposta) 58(106)

() Espaço físico – adequado ao número de usuários e equipamentos.

() Acústica – isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário.

() Iluminação adequada – (natural e/ou artificial)

() Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário.

() Mobiliário e aparelhagem específica – adequado e suficiente.

() Limpeza – áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, depósitos de lixo em lugares estratégicos, instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

59 Com relação aos equipamentos do laboratório de informática, você considera: (pode ser assinalada mais uma resposta) 59(107)

() Equipamentos – em número adequado às atividades (mínimo de uma máquina para cada 3 alunos).

() Equipamentos – adequados à proposta do curso.

() Equipamentos – materiais de consumo em quantidade suficiente para atender ao número de alunos.

() Equipamentos – sistemática de manutenção, atualização/reposição de equipamentos.

() Equipamentos – softwares adequados ao curso.

60 Com relação ao laboratório de prática contábil, você considera: (pode ser assinalada mais uma resposta) 60(109)

- ☐ Espaço físico – adequado ao número de usuários e equipamentos.
- ☐ Acústica – isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário.
- ☐ Iluminação – luminosidade natural e/ou artificial.
- ☐ Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário.
- ☐ Mobiliário e aparelhagem específica – adequado e suficiente.
- ☐ Limpeza – áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, depósitos de lixo em lugares estratégicos, instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

61 Com relação aos equipamentos do laboratório de prática contábil, você considera: (pode ser assinalada mais uma resposta) 61(110)

- ☐ Equipamentos – em número adequado às atividades (mínimo de uma máquina para cada 3 alunos).
- ☐ Equipamentos – adequados à proposta do curso.
- ☐ Equipamentos – materiais de consumo em quantidade suficiente para atender ao número de alunos.
- ☐ Equipamentos – sistemática de manutenção, atualização/reposição de equipamentos.
- ☐ Equipamentos – softwares adequados ao curso.

62 Com relação aos serviços realizados no laboratório de prática contábil, você considera: (pode ser assinalada mais uma resposta) 62(111)

- ☐ Serviços – técnicos e auxiliares de apoio em número suficiente e com formação adequada.
- ☐ Serviços – horário de funcionamento compatível às atividades do curso
- ☐ Serviços – técnicos e auxiliares de apoio em número suficiente e com formação adequada.

APÊNDICE 2 – Questionário Pessoal Técnico Administrativo

Prezados alunos do Curso de Ciências Contábeis da UFSC

O objetivo desta pesquisa, consiste, numa primeira instância, na avaliação das condições de ensino do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 2004/2, informado pelo instrumento "Avaliação das Condições de Ensino" desenvolvido pelo INEP (Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais). Numa segunda instância, será feita a análise da etapa anterior, objetivando-se a identificação dos aspectos configurados como potencialidades do Curso de Ciências Contábeis da UFSC bem como eventuais deficiências que merecem maior concentração de esforços na sua superação, a fim de atender as exigências do MEC. Desta forma, o trabalho pretende contribuir para a melhoria do nível do curso de Ciências Contábeis da UFSC. Os resultados serão formalizados na 4 SEPEX e no trabalho de conclusão de curso da acadêmica Fabiana Maçaneiro.

Sendo assim, venho pelo presente solicitar sua contribuição no sentido de responder ao questionário a seguir.

Profa. Sandra Rolim Ensslin
Orientadora

Marque a alternativa que você considera que melhor responde a preocupação formulada:

1 Regime de trabalho do coordenador do curso (RT) 1(3)

- ☐ Regime de Trabalho de 36 horas/semana ou Tempo integral.
- ☐ Regime de Trabalho maior que 20 horas/semana ou inferior a 36 horas/semana adequada, a eficiência dos serviços de secretaria e de suporte acadêmico é apenas razoável.
- ☐ Regime de Trabalho inferior a 20 horas/semana.

2 Atuação do coordenador do curso 2(8)

- ☐ Existem atribuições formalmente definidas sobre a função de coordenador e a sua atuação atende plenamente às demandas dos alunos e professores e o curso é bem conduzido.
- ☐ A atuação do coordenador atende apenas parcialmente às demandas dos alunos e professores e à condução do curso.
- ☐ A atuação do coordenador não evidencia uma linha de ação coerente e sistemática.

3 Bolsas de estudo (porcentual de desconto no pagamento ou, em IES pública, bolsas-alimentação, residência e/ou restaurante universitário para estudantes) 3(17)

- ☐ Existem política e comprovação da concessão regular de bolsas de estudo (ou, em IES pública, bolsas-alimentação ou residência e restaurante universitário subsidiado) para os alunos do curso, nos últimos três anos.
- ☐ Existe concessão limitada de bolsas de estudo (ou, em IES pública, de bolsas-alimentação ou residência/restaurante universitário subsidiado) para os alunos do curso.
- ☐ Não existe comprovação da concessão de bolsas de estudo (ou, em IES pública, bolsas-alimentação ou residência/restaurante universitário subsidiado) para os alunos do curso.

4 Assinale os itens considerados adequados com relação as instalações administrativas (pode ser assinalada mais uma resposta) 4(78)

- ☐ Espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade.

- () Isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário.
- () Iluminação adequada (natural e/ou artificial.)
- () Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário.
- () Mobiliário e aparelhagem específica – adequado e suficiente.
- () Limpeza – áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, depósitos de lixo em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, nas cantinas, no restaurante, na biblioteca, nas salas de estudo, etc., instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

7 Assinale os itens considerados adequados com relação as instalações sanitárias – adequação e limpeza (pode ser assinalada mais uma resposta) 7(82)

- () Espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade.
- () Iluminação adequada (natural e/ou artificial.)
- () Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário.
- () Limpeza – áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira, depósitos de lixo em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, nas cantinas, no restaurante, na biblioteca, nas salas de estudo, etc., instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Pessoal adequado e material de limpeza disponível.

8 Em relação as condições de acesso para portadores de necessidades especiais você considera: 8(83)

- () Atendem satisfatoriamente a todas as condições. (rampas com inclinações adequadas ou elevadores com espaços suficientes para cadeira de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais em estacionamento)
- () Atendem parcialmente à maioria das condições. (rampas com inclinações adequadas ou elevadores com espaços suficientes para cadeira de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais em estacionamento)
- () Não atendem ou atendem precariamente à maioria das condições. (rampas com inclinações adequadas ou elevadores com espaços suficientes para cadeira de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais em estacionamento)

9 Infra-estrutura de segurança (pessoal,patrimonial e prevenção de incêndio e de acidentes de trabalho) 9(84)

- () Atende a todos os itens de segurança.
- () Atende parcialmente aos itens de segurança.
- () Não atende aos itens de segurança.

10 Manutenção e conservação das instalações físicas (qualidade do serviço) 10(90)

- () O estado de manutenção e de conservação das instalações físicas mostra-se adequado.
- () O estado de manutenção e de conservação das instalações físicas mostra-se apenas razoável.
- () O estado de manutenção e de conservação das instalações físicas mostra-se precário.

11 Manutenção e conservação dos equipamentos (qualidade do serviço) 11(91)

- () Existe plano de expansão e de atualização de equipamentos, com mecanismos regulares de reparo e de aquisições, e o estado de manutenção e de conservação da maioria dos equipamentos mostra-se adequado.
- () Existe plano de expansão e de atualização de equipamentos, mas o estado de manutenção e de conservação da maioria dos equipamentos mostra-se apenas razoável.

() Não existe plano de expansão e de atualização de equipamentos e o estado de manutenção e de conservação dos equipamentos mostra-se precário.

12 Bolsas de trabalho ou de administração (remuneração mensal conferida ao aluno de curso superior, para que o mesmo exerça uma atividade remunerada, na própria IES ou em outras instituições/ empresas públicas ou privadas, desde que esteja relacionada com o seu curso) 12(18)

() Existem política e comprovação da concessão regular de bolsas de trabalho (ou administração) para os alunos do curso, nos últimos três anos.

() Existe comprovação da concessão limitada ou eventual de bolsas de trabalho (ou administração) para os alunos do curso.

() Não existe comprovação da concessão de bolsas de trabalho (ou administração) para os alunos do curso.

13 Participação dos alunos em programas/projetos/atividades ou em práticas de investigação 13(19)

() Existe comprovação da participação permanente de alunos em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação, nos últimos três anos.

() Existe participação eventual de alunos em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação.

() Não existem ações de apoio e não foi possível identificar a participação de alunos em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação.

14 Número médio de alunos por docente em disciplinas do curso (AD) (número total de alunos matriculados nas disciplinas do curso no semestre ou no ano, dividido pelo número de docentes que estão lecionando no período). 14(60)

() Menor que 50

() Maior ou igual a 50 menor que 55

() Maior ou igual a 55 menor que 60

() Maior ou igual a 60 menor que 65

() Maior ou igual a 65